

JOI

ECONÓMICO

DISCURSO DE ABERTURA DO ANO PARLAMENTAR

Analistas desafiam PR a abordar 'caso Edeltrudes'

ESTADO DA NAÇÃO. Quando João Lourenço se dirigir ao país, nesta quinta-feira, 15, vários analistas, entre os quais membros do Conselho Económico e Social (CES), ficarão à espera que o Presidente se refira ao 'caso Edeltrudes', revelado pela televisão portuguesa há três semanas e que coloca o seu director de gabinete em conflitos de interesses com o Estado. O balanço do programa de recuperação de activos e as soluções para a degradada situação económica e social estão também entre as expectativas. Págs. 4 a 6

CORRUPÇÃO NA SONANGOL

Empresário confessa suborno a Sianga Abílio e Baptista Sumbe

Pág. 7



12 de Outubro 2020
Segunda-feira
Semanário - Ano 5
Nº 230
Director-Geral
Evaristo Mulaza



ENTREVISTA AO CEO
Revelações exclusivas
sobre o arresto na Jefran

Págs. 10 e 11

INVESTIMENTO DE 575,7 MILHÕES USD "INEXIGÍVEL"
Sonangol não quer sair de São Tomé e risca dívida no Irão Pág. 8



Deposito a prazo 30 dias

BCH: 10,00%.

BE: 8,00%.

BIC: 7,75%.

BCI: 5,00%.

BKEVE: 5,00%.

BCS: 4,50%.

BAI: 4,50%

AS CONTAS ERRADAS DO PRESIDENTE

A entrevista de João Lourenço ao Wall Street Journal (WSJ) é mais um exemplo que vem a propósito. Que vem para reconfirmar a tese de que o Presidente da República não perde uma oportunidade para cruzar a agenda política e a da justiça em proveito próprio. E não necessariamente no interesse do Estado. Já o escrevemos aqui na semana passada, aquando da manobra de distração criada com a coincidente chamada dos generais 'Kopelipa' e 'Dino' à Procuradoria-Geral da República. Ambos ex-poderosos foram convocados justamente na altura em que as atenções de toda a sociedade se concentravam no 'caso Edeltrudes'. Mas, como também avisámos, o tiro corria o risco de sair pela culatra. E os factos não o desmentem.

Como destaca a manchete desta edição, analistas, entre os quais um membro do Conselho Económico e Social, exigem que João Lourenço esclareça o envolvimento do seu director de gabinete em negócios com o Estado. Negócios autorizados pelo próprio Presidente da República, que valem milhões de dólares e que terão servido para a aquisição de propriedades no exterior, incluindo em paraísos fiscais, segundo a denúncia original da imprensa portuguesa. Mais do que a exibição dos troféus 'Kopelipas' e 'Dinos', é sobre Edeltrudes Costa que todos esperam esclare-

cimentos e pedem que João Lourenço o faça numa oportunidade tão significativa como no discurso sobre o 'estado da Nação'. Simbolicamente, a comunicação ordinária mais importante do calendário político do Presidente.

Se a entrevista ao WSJ, entre outros propósitos, visou arrefecer a excessiva atenção ao director do gabinete do Presidente, o objectivo ficou longe de ser alcançado. Pelo contrário, o momento escolhido para as revelações de desvios no erário é tão óbvio que as suspeitas de tentativas de distração da sociedade se reforçaram. Afinal, João Lourenço tem marcação, por força da Constituição, para estar obrigatoriamente na Assembleia Nacional esta quinta-feira, para a abertura do ano parlamentar. E toda a lógica sublinha que o Presidente deveria ter esperado o momento solene para apresentar resultados aos angolanos, antes de prestar contas ao estrangeiro. A pressa em colocar para fora números bombásticos, mas que a ninguém sur-

preendem, fez com que o esperado discurso sobre o estado da Nação ficasse mais vigiado.

Mas os 24 mil milhões de dólares denunciados por João Lourenço ao WSJ levantam mais dúvidas. Uma sobre a lisura da justiça e outras sobre a veracidade dos números. Ao que parece, o Presidente incluiu, nas suas contas, valores e activos em disputa na justiça e que, por isso, não deviam ser considerados ainda pertença efectiva do Estado. Se o Presidente pensa o contrário, é porque está convencido de que só há uma decisão possível na justiça, a vitória do Estado. E se essa vitória está assim tão previamente garantida em todos os casos não é pela confiança na razão do Estado, é pela certeza na arrogância do poder e na instrumentalização da justiça. Por esta e pelas razões lembradas por várias organizações que apontam relatórios com desvios muito superiores aos referidos por João Lourenço, só há uma conclusão possível: as contas do Presidente só podem estar erradas.



FICHA TÉCNICA

Director-Geral: Evaristo Mulaza

Directora-Geral Adjunta: Geralda Embaló

Editor Executivo: César Silveira

Redacção: Isabel Dinis, Júlio Gomes, Guilherme Francisco e Suely de Melo

Fotografia: Mário Mujetes (Editor) e Santos Samuesseca

Secretária de redacção: Rosa Ngola

Paginação: Edvandro Malungo, Francisco de Oliveira e João Vumbi

Revisores: Edno Pimentel, Evaristo Mulaza e Geralda Embaló

Colaboradores: Cândido Mendes, EY e Mário Paiva

Propriedade e Distribuição: GEM Angola Global Media, Lda

Tiragem: 00 N° de Registo do MCS: 765/B/15

GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA Administração:

Geralda Embaló e Evaristo Mulaza

Assistente da Administração: Geovana Fernandes

Departamento Administrativo: Jessy Ferrão e

Nelson Manuel

Departamento Comercial: Geovana Fernandes

Tel.: +244941784790-(1)-(2)

N° de Contribuinte: 5401180721

N° de registo estatístico: 92/82 de 18/10/82

Endereço: Avenida Hoji-Ya-Henda, 127, Marçal, Luanda-Angola; 222 320511 Fax: 222 320514

E-mail: administracao@gem.co.ao; comercial@gem.co.ao

A semana

3 PERGUNTAS...



TERESA QUIVIENGUELE,

directora-geral adjunta do Fundo de Apoio Social

Quais são as dificuldades na execução do Kwenda?

As vias de acesso têm sido a grande dificuldade, isso não compete ao programa, por isso as medidas de protecção social são sempre multisectoriais e o programa é coordenado por uma comissão multisectorial que tem a obrigação de ver, através de diferentes sectores, o problema das vias de acesso. Outra dificuldade é a falta de bancos e ATM nas localidades, por isso estamos à procura de soluções.

As famílias gastam metade do valor na deslocação...

Não é bem verdade que gastem metade do dinheiro para apanhar o transporte. Gastam algum, mas já acautelámos isso, na experiência piloto começámos com uma única modalidade de pagamento, que era via cartão multicaixa. Vamos acrescentar outros provedores de serviço de pagamento e ter três modalidades.

Quais serão?

A modalidade de pagamento via telefonia móvel, em que ao beneficiário será entregue um telefone do programa, passará a receber uma SMS no valor de 25.500 e depois terá de se dirigir a um agente da telefonia na localidade para converter em dinheiro sonante. Vai facilitar para que não se desloquem grandes distâncias.

06

TERÇA - FEIRA

A ministra das Finanças admite, numa reunião com governadores provinciais, que venham a ser incluídos, no programa de privatizações, mais empresas e activos locais. Vera Daves ressalta que quer maior envolvimento dos governos provinciais e investidores no processo.

07

QUARTA - FEIRA

O Governo mantém, por mais um mês, a cerca sanitária a Luanda bem como a cerca nacional, que continua a ter como pré-requisito a realização do teste RT-PCR ao novo coronavírus. A informação é avançada pelo ministro de Estado Adão de Almeida, na actualização da situação de calamidade pública.

08

QUINTA - FEIRA

O Governo informa que prevê contratar, para breve, empresas que desmantelem e recolham navios abandonados e em sucata ao longo da baía de Luanda, entre os quais artefactos da guerra colonial.



SEGUNDA-FEIRA

Professores, alunos e funcionários administrativos de algumas escolas de Luanda queixam-se no primeiro dia de regresso às aulas de insuficiência de material de protecção individual e de biossegurança contra a covid-19, lamentando a "falta de mínimas condições" no regresso às aulas.

09

SEXTA - FEIRA

O Banco Nacional de Angola alerta para o aumento de carteiras de moeda electrónica ('wallets') que não estão constituídas como empresas prestadoras de serviços de pagamento, salientando que a actividade depende de licença.



10

SÁBADO

O Ministério da Agricultura e Pescas licencia cinco novas embarcações do tipo semi-industrial e industrial pertencentes ao complexo pesqueiro Wang Festão - KP, no Porto Amboim, Kwanza-Sul.



11

DOMINGO

Os funcionários públicos que receberam, em Setembro, salários duplicados farão o reembolso nos próximos seis meses. As Finanças esclarece que, para as devoluções voluntária, devem remeter o comprovativo do documento de cobrança por e-mail.



COTAÇÃO



PETRÓLEO EM QUEDA...

O petróleo começou a semana a quedar mais de 2%, influenciado pelas informações de retorno na oferta em alguns países e o feriado nos EUA, que provocou poucas negociações. O Brent, referência às exportações angolanas, negociou a entrega para Dezembro nos 41,85 dólares, um recuo de 2,33%, ao passo que o WTI negociou a entrega para Novembro nos 39,61 dólares, caindo 2,44%.



BOLSAS ASIÁTICAS FECHAM EM ALTA...

As bolsas asiáticas iniciaram a semana com ganhos, impulsionadas, em grande parte, pelos investimentos no sector da tecnologia. A bolsa de Xangai teve ganhos de 2,64%, correspondentes a 3.358,47 pontos. Enquanto o índice Hang Seng fechou com ganhos de 2,20%, o equivalente a 24.649,68 pontos. O índice Kospi, por fim, teve ganhos de 0,49%, para 2.403,73 pontos.

Economia/política

DISCURSO NA ABERTURA DO NOVO ANO PARLAMENTAR

Analistas desafiam JLo a abordar ‘caso Edeltrudes’

ESTADO DA NAÇÃO. Membro do Conselho Económico e Social (CES) está expectante que João Lourenço apresente o caso do envolvimento do seu chefe de gabinete em alegados esquemas de desvio de fundos. Líder da Associação Mãos Livres concorda, mas duvida que o tema venha à liça, na abertura do ano parlamentar.



Por Júlio Gomes

O Presidente da República discursa, esta quinta-feira, 15, sobre o estado da Nação no Parlamento e o combate à corrup-

ção deve voltar a marcar lugar de destaque, à semelhança dos anteriores, como acreditam diferentes vozes que esperam ver João Lourenço a pronunciar-se sobre o ‘Caso Edeltrudes’.

“O Presidente não se deve esquecer de abordar o tema que tem que ver com o envolvimento do seu chefe de gabinete Edeltrudes Costa em supostos

esquemas de descaminho de fundos públicos”, afirma Sérgio Calundungo, membro do Conselho Económico e Social (CES), considerando “crucial” que JLo aborde essa questão, “sobretudo neste momento em que o país ‘fervilha’ com o combate à corrupção”.

O analista destaca ainda que, por ser “uma questão fresca, JLo

deve ir mais a fundo, porque as pessoas estão ávidas por saber o que se está a passar neste combate à corrupção, uma iniciativa muito aplaudida no início do seu mandato”, mas que “agora, ao que parece, a euforia está a ‘arrefecer””. “Seria muito salutar ouvir o posicionamento do mandatário sobre essa ‘nódoa’, num dos seus ‘braços-direitos””, insiste.

Salvador Freire, que preside à Associação Mãos Livres, defende igualmente que JLo deve referir-se ao ‘caso Edeltrudes’, “se quer transmitir à Nação uma imagem de moralidade”. Porém, o também jurista tem “dúvidas de que JLo destaque o assunto na sua intervenção”.

Mas, acrescenta, “se a sua bandeira é mesmo de combater

A INFLAÇÃO REGISTOU variação de 1,79% entre Agosto a Setembro deste ano, mais 0,34 pontos percentuais em comparação com o período homólogo, de acordo com a Folha de Informação Rápida divulgada do INE.

a corrupção, não devia fugir de abordar o tema porque no seu staff, além de Edeltrudes Costa, há muitos corruptos”.

ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS...

Além da corrupção, o líder associativo elenca a questão das eleições autárquicas “para se saber de datas prováveis em que elas terão de ser realizadas”. Sérgio Calundungo também partilha da mesma opinião, apontando ainda que JLo deve “explicar melhor a razão por que as autárquicas foram adiadas”, sendo que “dizer só que faltaram condições, ou porque o pacote legislativo autárquico não foi ainda aprovado não basta. Deve ser mais explícito”.

No entanto, Calundungo vê nas “políticas económica e social menos conseguidas nesse mandato outro ponto a destacar no discurso à nação”, aconselhando que “JLo deve apontar caminhos longe dos lugares comuns que conduzam, na prática, ao bem-estar do cidadão”.

Mas tanto Sérgio Calundungo como Salvador Freire concordam que o Presidente se refira também à problemática da liberdade de imprensa, numa altura em que o Estado chamou para si a tutela de alguns órgãos de comunicação privados, que terão sido criados com fundos públicos.

... E O DINHEIRO?

De acordo com os analistas, esta é também uma boa oportunidade que JLo tem para dar nota aos angolanos sobre o dinheiro recuperado no combate à corrupção e onde estes valores estão a ser aplicados.

“Se o Presidente disser que o dinheiro está aí e vai ser aplicado no fomento rural à guisa do que a Acção Angolana para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (Adra) tem feito muito bem ao longo dos anos, ou seja, potenciar o sector agro-pecuário e industrial, as pessoas poderão acreditar que, afinal, se está a lograr alguma coisa deste combate à corrupção”, afirma o jurista Mateus Marcos Chitanga, que espera também uma palavra sobre a agricultura e sobre as autarquias.

Quem também está expectante que o Presidente sublinhe o combate à corrupção é o economista Domingos David. “Primeiro no seu próprio gabi-



MEMORIZE

● **Desde que** assumiu o poder, a 26 de Setembro de 2017, esta é a quarta vez que João Lourenço se dirige a nação. E será nesta quinta-feira, 15, perante os 220 deputados de cinco formações políticas representadas na Assembleia Nacional. Esta intervenção, que radica de um imperativo constitucional, marcará também a abertura da 4ª Sessão Legislativa da IV Legislatura do Parlamento. À semelhança de 2017, 2018 e 2019, JLo dirige-se aos angolanos num contexto complexo do ponto de vista económico, social e epidemiológico, por isso o seu discurso é aguardado com expectativa tanto interna como na diáspora.

nete, depois deve sublinhar o montante recuperado, desde o início desta campanha e o que dele se está a fazer”.

David Domingos acredita que JLo “destaque ainda o ambiente de negócios, sobretudo o que tem de ser feito para estimular quem quer investir”, numa altura em que “quem quer vir é o investidor que apenas quer ganhar dinheiro

rápido. Os sérios não querem entrar no país”. Porque, acrescenta David, “basicamente, o problema da resolução de conflitos se mantém, incluindo na obtenção de documentos”. O economista pensa, por isso, que “o discurso terá valor se tocar nas políticas económicas ruins que não conduzem à saída da crise e apontar novos caminhos que possam desafogar a vida do cidadão”.

“Se o país está entre os 10 do mundo sem futuro, portanto, uma classificação péssima, é bom que o Chefe de Estado mostre os caminhos que nos podem levar a aliviar o sufoco”, refere o economista Samuel Muecália Felino, destacando o agravamento da qualidade de vida a cada dia.

Felino também antevê que o discurso traga novidades quanto ao combate à corrupção porque “não há balanços”, além de que “manter a Procuradoria-Geral da República e os tribunais nisso custa muito dinheiro”. Espera ainda que o discurso convença, “porque, além disso, Angola se está a endividar constantemente”, um endividamento que, na sua óptica, “não agrega nenhum valor ao desenvolvimento sustentável”.

“Vemos que, em muitos casos, as práticas são as mesmas e, por vezes, até piores. É à drástica situação económica e social que ele se deve referir e à estratégia do Governo para mudar o quadro sombrio”, defendeu o economista.

O que Jlo disse sobre os principais indicadores económicos

2017

Crescimento do PIB 2016: 0,1%

“No período de 2013 a 2016, a actividade económica desacelerou de tal forma que, de acordo com os dados oficiais, a taxa de crescimento do PIB real passou de 6,8% em 2013 para 0,1% em 2016. No exercício económico de 2017, o OGE prevê uma taxa de crescimento real do PIB de 2,1%.”

Déficit Fiscal 2016: 2,2%

“A consolidação orçamental, levada a cabo nos últimos anos, contribuiu imenso para que não houvesse uma explosão do deficit. De facto, o saldo fiscal, na óptica de compromisso em percentagem do PIB, passou de um superavit de 0,3% em 2013, para sucessivos défices de 6,6%, 2,1%, 2,2% e 0,9% em 2014, 2015, 2016 e II Trimestre de 2017, respectivamente.”

Stock Dívida 2016: 56,0%/PIB

“O rácio stock da dívida sobre o PIB registou uma variação acumulada de 119,1%, tendo passado de 24,5% em 2013 para 56,0% em 2016.”

Inflação 2016

“Em 2016, a taxa de inflação acumulada foi de 42% e, para o corrente ano, prevê-se uma taxa ao redor dos 22,9%...”

2018

Crescimento do PIB

“Os dados mais recentes apontam para uma retracção económica em 2017 com uma taxa negativa de 2,1%. Para o corrente ano de 2018, prevê-se uma ligeira recuperação do crescimento económico devido a um maior crescimento do sector não petrolífero, não obstante esperar-se uma forte contracção do sector petrolífero em cerca de 8%.”

Déficit Fiscal 2017: 5,7%

“Em 2017, registou-se um deficit de 5,6% do PIB. Para o ano em curso, tendemos para um deficit inferior a 1% do PIB, muito abaixo dos 3,4% previstos no OGE para o ano de 2018. A previsão para o ano de 2019 é de um deficit igualmente inferior a 1% do PIB, com um crescimento estimado de 9,8% das receitas fiscais.”

Receitas Petrolíferas

“Nos primeiros nove meses do ano, o preço do crude esteve acima do que se projectou no OGE 2018 em cerca de 40%... Gerou para os cofres do Estado um diferencial positivo total de cerca de 4 mil milhões de

dólares americanos que serviram para fazer face à dívida interna titulada.”

Endividamento

“No cômputo geral, esses financiamentos totalizam 11.2 mil milhões de dólares americanos e mais 579 milhões de euros, para além das manifestas intenções de investimento privado directo. É caso para se dizer que fizemos uma verdadeira diplomacia económica.”

Inflação estimada: 19%

“Em 2016, a taxa anual acumulada de inflação foi de 42%. Em 2017, esta taxa baixou para 23%. Para este ano, prevê-se uma taxa acumulada inferior a 19%.”

2019

Saldo Orçamental:

“Em Janeiro de 2018, nesse mesmo ano e pela primeira vez em três anos, o país registou um saldo orçamental positivo de 2,2% do PIB. Os dados preliminares apontam para um saldo orçamental igualmente positivo em 2019. De assinalar que, no fim do primeiro semestre deste ano, o saldo orçamental foi positivo em cerca de 1,3% do PIB.”

Stock da Dívida: 60%

“A dívida pública tem estado a rondar os 90% do PIB, estando o Executivo a trabalhar para colocar a dívida abaixo dos 60% do PIB até ao ano de 2022.”

Inflação

“No domínio monetário, a inflação continua a percorrer uma trajectória descendente. Nos últimos 12 meses, a taxa de inflação situou-se em 17,24%, nível inferior em 1,36 pontos percentuais ao observado em igual período de 2018, que foi de 18,6%.”

Balança de Pagamentos

“No domínio das contas externas, a conta corrente da Balança de Pagamentos saiu de um défice de 0,5% do PIB em 2017, para um superavit de 7,0% do PIB em 2018, e o saldo da Balança de Pagamentos melhorou, ao sair de um défice de 4,0% do PIB em 2017 para um défice de apenas 0,5% do PIB em 2018.”

Intenção de Investimento

“Até finais de Agosto de 2019, a Aipex registou um total de 178 intenções de investimento, no valor aproximado de 1.650 milhões de dólares, com a possibilidade de gerar 13.900 postos de trabalho directos.”

Economia/política

COFRES DO ESTADO ALEGADAMENTE 'ESVAZIADOS' EM 24 MIL MILHÕES USD

Números apresentados por JLo não reúnem consenso

CORRUPÇÃO. Presidente da República estima em 24 mil milhões valores desviados, dos quais 43,69% terão saído da Sonangol.

Por Júlio Gomes

Numa extensa entrevista ao diário americano 'Wall Street Journal', João Lourenço revelou que, com a delapidação do erário nos últimos anos, o país perdeu cerca de 24 mil milhões de dólares.

Segundo o Presidente da República, 43,69% do valor, ou seja, 13.515 milhões, foram retirados ilicitamente através de contratos fraudulentos com a petrolífera Sonangol, 5 mil milhões através da Sociedade de Comercialização de Diamantes de Angola (Sodiam) e Empresa Nacional de Diamantes de Angola (Endiam) e os restantes 5 mil milhões através de outros sectores e empresas públicas.

Contactado por correio electrónico, João Lourenço explicou que as contas resultam dos processos de investigação patrimonial em curso no Serviço Nacional de Recuperação de Activos da Procuradoria-Geral da República.

O referido valor, entretanto, tem motivado diferentes reacções com determinada corrente a considerá-lo pouco. "No tempo em que MV (Manuel Vicente) era PCA da Sonangol, a Human Rights Watch estimava que só da Sonangol tinham desaparecido mais de 32 mil milhões. Portanto, o PR, mais uma vez, está a mentir ao povo através de um órgão de comunicação social estrangeiro", escreveu na sua página do Facebook a deputada da Unita Mihaela Webba.



Mário Mujetes © VE

Há também quem defenda a necessidade de se separarem os contratos fraudulentos daqueles que foram assumidos pelo Governo para não se abrirem precedentes. "Por exemplo, no processo de privatização, muitos activos estão a ser vendidos abaixo do valor real com o pretexto de priorizar-se o emprego. Será justo amanhã considerar que estes contratos são fraudulentos?", questiona um conhecido empresário, mas que não se quis identificar.

João Lourenço referiu-se também ao balanço do combate à corrupção, argumentando que foram

sociais em instituições financeiras e em diversas empresas rentáveis, além de material de electricidade e outros activos", afirmou.

O Presidente apontou que o Serviço Nacional de Recuperação de Activos da PGR solicitou também às congéneres no estrangeiro a apreensão ou arresto de bens e dinheiro no valor de 5.434,1 milhões de dólares, nomeadamente, na Suíça, Holanda, Portugal, Luxemburgo, Chipre, Mónaco e Reino Unido. E a "lista tende a alargar-se", precisando que o Estado recuperou, em dinheiro, pouco mais de 2.709 milhões de dólares e outros cerca de 2.195 mil milhões em imóveis, fábricas, terminais portuários, estações de TV e Rádio, em Angola, Portugal e Brasil.

Os valores citados por João Lourenço, aparentemente, não incluem, entretanto, os mais de 3 mil milhões de dólares do Fundo Soberano de Angola. Recursos que nunca saíram da esfera patrimonial do Estado, uma vez que se encontravam com uma entidade gestora, mas que o Presidente da República fez sempre questão de sublinhar que estavam desviados, já que insistia que tinham sido resu-perados. O mesmo diz-se quanto aos 500 milhões de dólares transferidos do BNA que igualmente nunca saíram da esfera patrimonial do Estado, segundo a defesa dos réus, mas que João Lourenço considerou sempre como recursos desviados e recuperados.

Na entrevista, JLo manifestou o desejo de ter a Sonangol cotada em bolsas como a de Nova Iorque, Londres ou China.

4

Mil milhões de dólares traduzidos em bens móveis

apreendidos, até ao momento, mais de 4 mil milhões de dólares traduzidos em bens móveis e imóveis apreendidos ou arrestados no país.

"Isto inclui bens como fábricas, supermercados, edifícios, imóveis residenciais, hotéis, participações

TRANSPARÊNCIA

Angola precisa de seis a 18 meses para integrar a EITI

A intenção de Angola de integrar ao Comité Mundial para a Iniciativa de Transparência na Indústria Extractiva (EITI) dependerá do cumprimento de três requisitos exigidos pela organização. Entre as exigências para adesão consta a elaboração de um plano de trabalho coordenado com o sector extractivo e a sociedade civil, para estabelecer os procedimentos de cada jurisdição, desenvolvimento de um plano de trabalho orçado que estabeleça os objectivos de implementação da EITI ligados à reforma nacional e às prioridades de desenvolvimento, bem como mapear e analisar as divulgações existentes.

Para o efeito, no prazo de seis a 18 meses o ministério dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás deverá apresentar o cumprimento do conjunto de medidas exigidas. No entanto, a EITI disponibilizou-se a apoiar as autoridades angolanas a formalizar a integração.

A reacção da EITI surge quase dois meses depois de o ministro dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás, Diamantino Azevedo, ter manifestado a intenção de integrar este organismo.



A MINISTRA DAS FINANÇAS, Vera Daves de Sousa, juntou-se a outros governantes africanos que defenderam, na sexta-feira última, o prolongamento da iniciativa de suspensão da dívida para 2021, posição expressa num encontro de alto nível com representantes do Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial.



Sianga Abílio é actualmente embaixador de Angola no Quênia.



Baptista Sumbe, antigo PCA e CEO da Sonangol USA

EM CAUSA PERTO DE 7 MILHÕES USD

Empresário confessa suborno a Sianga Abílio, Baptista Sumbe e outros quadros da Sonangol

CORRUPÇÃO. Condenado, em Agosto, a uma pena de 24 meses de prisão pela justiça suíça, empresário revelou meandros dos acordos em Angola para conseguir contratos.

Por César Silveira

O empresário francês Didier Keller confessou, em julgamento, na Suíça, o suborno a vários gestores da Sonangol, entre quais os antigos administradores Sianga Abílio e Baptista Sumbe, num total de 6,8 milhões, entre 2005 e 2006, para conseguir vários contratos no País.

Keller foi director-geral da SBM Offshore, empresa de origem holandesa que, em Angola, entre outros negócios, detém 30% da Paenal (Porto Amboim Estaleiros Navais Lda). Foi condenado em Agosto e confessou-se culpado do crime de corrupção a gestores estrangeiros.

Sianga Abílio, que, à data dos factos, era director das operações e membro do conselho de administração da Sonangol, era considerado “influente” na petrolífera. De acordo com as revelações do empresário francês, Sianga Abílio, em 2005, recebeu 400 mil dólares, pagos em quatro prestações de 100 mil

SBM distribuiu muito mais milhões

Além dos 6,8 milhões de dólares distribuídos entre 2005 e 2006, a fabricante holandesa de equipamentos de perfuração offshore de petróleo continuou, entretanto, a distribuir valores ilícitos aos seus parceiros, de acordo com dados considerados no julgamento. A acusação faz referência, por exemplo, que, “em Novembro de 2014, após investigação interna e auto-denúncia, a SBM Offshore” admitiu ao Ministério Público da Holanda que, entre 2007 e 2011, pagou 240 milhões de dólares em actos de corrupção de funcionários públicos estrangeiros, particularmente em Angola. Já em Novembro de 2017, a subsidiária americana SBM Offshore celebrou um acordo com as autoridades judiciais norte-americanas, admitindo pagar 238 milhões de dólares por actos de corrupção a funcionários públicos angolanos entre 1996 e 2012.

dólares, cada uma, em diferentes contas bancárias, entre as quais duas na Suíça. Em causa, estava um contrato entre a petrolífera BP e o SBM Offshore para a construção de um sistema de exportação de águas profundas.

Nos seus depoimentos Keller descreveu Sianga Abílio com “poder de impedir a celebração e execução do referido contrato relativo”. Detentor de uma maior visibilidade devido aos cargos que exerceu, Sianga Abílio, entretanto, não foi quem recebeu o maior valor dos 6,8 milhões de dólares. Esta coube a Baptista Sumbe, então PCA e CEO da Sonangol USA. Recebeu pouco mais de 4,661 milhões de dólares para a celebração e execução dos contratos dos navios FPSO Kuito, SANHA e Xikomba. Do referido valor, 1,1 milhão de dólares terá ficado com Ruben Monteiro Costa, então chefe do departamento de instalações da petrolífera pelo mesmo negócio.

Por sua vez, Manuel Jesus Sardinha de Sousa, à data dos factos responsável de produção da Sonangol, beneficiou de 600 mil dólares, pagos em cinco prestações, para decidir a favor da empresa em dois negócios, um dos quais o mesmo em que estava envolvido Sianga Abílio e um segundo relacionado com um contrato relativo à construção e arrendamento para a petrolífera Exxon Mobil de dois navios FPSO no campo petrolífero Kizomba.

No entanto, além dos 6,8 milhões de dólares denunciados no julgamento, diversas investigações internacionais fazem referência a valores muito superiores que terão sido usados pela SBM Offshore para subornar em Angola.

Segundo a sentença, os beneficiários receberam os valores através de empresas com ligações como são os casos da Mardrill (Baptista Sumbe) e a Demógrafos África Lda (Sianga Abílio). Também utilizaram contas de familiares, como são os casos de Cristina Santa Rodrigues Coelho de Sousa (esposa de Manuel Jesus Sardinha de Sousa) e Rosa Nuda de Lemos José Maria Sumbe (esposa de Baptista Muhongo Sumbe).

Didier Keller foi condenado a pena de 24 meses de prisão, convertidos em três anos de prisão de pena suspensa. Foi ainda condenado a pagar uma indemnização de 480,2 mil dólares.

Mercados & Negócios

575 MILHÕES USD CONSIDERADOS “INEXIGÍVEIS”

Sonangol ainda ‘sonha’ com Bloco em São Tomé e risca dívida no Irão

INVESTIMENTO EXTERNO. Petrolífera tem presença em dois blocos são-tomenses, mas está em incumprimento, correndo o risco de ser afastada do grupo empreiteiro.

Por César Silveira

A Sonangol pretende continuar a fazer parte do grupo empreiteiro do Bloco 2, em São Tomé, e negocia com a Agência Nacional de Petróleo no sentido de permanecer sem o pagamento de penalizações, pelo ‘default’ que determinou a ruptura do contrato em 2016.

A intenção da petrolífera está no Relatório e Contas referente ao exercício de 2019, em que sublinha que, neste período, “foi reconhecida uma imparidade nos interesses participativos de 30% do bloco, atendendo a falta de arranque ou desenvolvimento do processo”.

Apesar de admitir que o pro-

jecto não arrancou por incumprimento dos trabalhos mínimos exigidos, a petrolífera garante que as razões deste incumprimento “não são atribuíveis à Sonangol”. “Encontram-se em curso negociações entre a Sonangol e a Agência Nacional de Petróleo da República de São Tomé e Príncipe com vista a assegurar a permanência da Sonangol no grupo empreiteiro, livre de eventuais penalizações”, lê-se no relatório.

A petrolífera acrescenta que, por se desconhecer o desfecho das negociações e “pelo facto de não ser possível antecipar se o desfecho será favorável ou desfavorável, foi registada imparidade” sobre a totalidade da participação. “Não obstante, a Sonangol continua a realizar esforços nas negociações com vista à extensão da licença de exploração do refe-



de estudos sísmicos, estudos de impacto ambiental, perfuração e avaliação”.

Em Dezembro de 2016, a Agência Nacional de Petróleo de São Tomé e Príncipe anunciou a rescisão do contrato “por incumprimento das obrigações contratuais”. “A violação sistemática e contínua das leis das operações de tributação e de receitas petrolíferas esteve na base desta decisão apoiada pelo governo são-tomense”, lê-se na nota.

Em Março de 2019, a Sonangol, em parceria com a francesa Total, assinou um contrato para a exploração de um outro activo, no caso o Bloco 1, em São Tomé, com os parceiros a serem obrigados a pagar ao Estado um bónus de assinatura de 2,5 milhões de dólares, além de financiarem projectos sociais no valor de 1 milhão de dólares anuais, durante quatro anos. A duração do contrato é de 28 anos, sendo oito anos para a fase de pesquisa e 20 para a fase de produção.

...E CONSIDERA-SE LIVRE DA DÍVIDA

Por outro lado, a petrolífera retirou da lista das dívidas a correspondente ao investimento no Iraque, justificando estarem “reunidas as condições que determinam a inexigibilidade do passivo que, a 31 de Dezembro de 2018, se encontrava classificado como passivo não corrente”.

Em causa, estão cerca de 280,4 mil milhões de kwanzas (575,7 milhões de dólares) correspondente aos compromissos enquanto participante do South Pars - Phase 12, projecto de gás natural daquele país. Em 2009, a Sonangol adquiriu uma participação de 20% do projecto, cujo custo de desenvolvimento estava avaliado em 7,5 mil milhões de dólares. Entretanto, em 2012, a petrolífera anunciou a saída do projecto, apresentando como justificação as sanções contra o Irão. A mesma razão que apresenta para justificar o fim da dívida, pois “conclui-se que estas sanções constituem um motivo de força maior que impede a liquidação do montante em dívida, tornando-a inexigível”.

Por outro lado, a petrolífera admite que, “em substância, e em face a informação pública disponível, se encontra fora do grupo empreiteiro” ainda que não tenha sido formalmente comunicado.

rido bloco”, acrescenta. A Sonangol participa no activo através da Sinoangol, uma parceria com a Sinopec.

O contrato de exploração foi assinado em 2013, prevendo dois grandes períodos, sendo o primeiro de oito anos, dedicado à pesquisa, e o segundo, de duração inicial de 20 anos, destinado ao desenvolvimento e produção.

Trinta dias depois da assinatura do contrato, a empresa deveria pagar 5 milhões de dólares de

bónus de assinatura, resultante do fecho desse contrato de partilha de produção. E, durante todo o período de pesquisa, deveria investir no país 5 milhões de dólares em projectos de carácter social e financiar bolsas de estudos e formação de quadros nacionais em mais 250 mil dólares.

O contrato de partilha estimava um investimento total na ordem de 154 milhões de dólares durante os primeiros oito anos, “mediante a realização

A FABRIMETAL INVESTIU adicionalmente mais de 21 milhões de dólares com objectivo de aumentar a actual produção anual de 90 mil toneladas de aço.



FORMALIZAÇÃO

BNA convoca empresas de moeda digital

O Banco Nacional de Angola exige a todas as empresas que actuam no ramo das moedas electrónicas, “sem estarem habilitadas para o efeito”, a apresentarem-se nos próximos dias.

Em comunicado, a entidade reguladora refere que, no âmbito da sua função de regulador e supervisor do sistema financeiro, tem verificado “um número crescente de aplicativos com carteiras de moeda electrónica integradas ‘wallets’ não constituídas como sociedades prestadoras de serviços de pagamento”.

E, no cumprimento das regras definidas na Lei de Bases das Instituições Financeiras, exige às empresas, neste ramo, a endereçarem mensagem para o correio electrónico (ddspa.dsp@bna.ao) do Departamento do Sistema de Pagamentos, no qual deve constar o nome da entidade legal, o nome do aplicativo e a referência da entidade no Sistema Multicaixa.

O BNA garante a realização de uma webinar em particular com todas as empresas que o contactarem, com o objectivo de apresentar os requisitos regulamentares para o licenciamento de sociedades prestadoras de serviços de pagamento. Após isso, dará um prazo para a formalização da actividade.

OPERADORES CONTESTAM CONCLUSÕES DO BANCO CENTRAL

BNA surpreende fazedores de espectáculos

NEGÓCIO. Indicadores de um levantamento do banco central dão conta que a receita das actividades artísticas, culturais e desportivas.



Por Redacção

A facturação das actividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas foi a que mais cresceu em Julho, comparativamente a Junho, passando de mais de 7

para mais de 11 milhões de kwanzas, uma variação de 54%, de acordo com o inquérito do Banco Nacional de Angola (BNA) sobre o impacto da covid-19 nas PME.

Para diversos operadores, os dados, entretanto, são controversos, partindo do princípio de que, no período do inquérito, as referidas actividades estavam proibidas devido à pandemia. “Este indicador não pode cor-

11

Milhões de kwanzas, receita das actividades culturais, recreativas e desportivas em Julho.

responder à verdade ou existiu algum lapso nos dados”, afirma um produtor de espectáculos musicais.

Entretanto, apesar de registar o maior crescimento a facturação do sector, é quarta menor num grupo de 16 itens, superando as actividades administrativas e dos serviços de apoio (9,4 milhões de kwanzas), captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, higiene pública (2,6 milhões de kwanzas) e educação, esta que registou uma redução de 90,8%, passando de 25,9 para 2.393 mil kwanzas.

Segundo o BNA, o indicador resulta do inquérito em que foram registadas 704 submissões e consideradas válidas 673, das quais 292 microempresas, 276 pequenas e 105 médias.

Em relação à facturação, o nível médio “registou um crescimento de 14,8%, comparativamente ao mês anterior, justificado pelo abrandamento das medidas de confinamento e uma maior procura derivada pela maior mobilidade das pessoas”.

Relativamente à sectorização, destaca-se outra vez o sector do comércio (24,7%), seguido da agricultura e pesca (12,5%), indústrias transformadoras (11,4%), outras actividades de serviços (11,1%) e actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares (8,3%).

Entre outros indicadores, o inquérito dá ainda conta que cerca de 63,4% das empresas inquiridas se mantiveram parcialmente em funcionamento, 21,1% encontravam-se temporariamente encerradas e 14,6% mantiveram-se em funcionamento como antes da situação da covid-19. E apenas 0,9% encerraram definitivamente as suas actividades.

SETE PAÍSES CONECTADOS

Angola Innovation Summit aborda novas formas de negócio

Pela primeira vez será realizado, a partir de Angola em conexão com sete países de diferentes continentes, o ‘Angola Innovation Summit (AIS)’, o maior evento de inovação dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP).

Num formato 100% digital e sob o pano de fundo ‘competiti-

vidade e inovação’, o evento global, a ter lugar nos dias 16 e 17 de Outubro, contará com 20 oradores de diferentes nacionalidades, com realce para angolanos, cabo-verdianos, ingleses e americanos.

Para o organizador da AIS, José Bucassa, trata-se de uma oportunidade para as empresas

e startups nacionais apresentarem ao mundo soluções e para transaccionarem os seus produtos “sem qualquer barreira geográfica”.

Nos dois dias, serão abordadas questões ligadas aos ‘modelos de negócios’, ‘planeamento por cenário para

suporte à inovação’, ‘produção de dados pessoais na era digital e marketing digital para o sucesso’. Momentos de networking entre os participantes estão também reservados.

A segunda edição será realizada no próximo ano e contará com três novos elementos.

Entrevista

FRANCISCO SILVA, EMPRESÁRIO E DIRECTOR DA JEFRA

“Agora estamos mais preocupados em perseguir do que em construir o país”

O empresário acredita que há forças a instrumentalizar os clientes reclamantes e antecipa que mais de 200 funcionários podem perder o emprego nos próximos dias. Francisco Silva, que diz ter construído a Jefran com o “próprio punho”, explica os contornos de um conflito que se arrasta há mais de cinco anos e já levou o Tribunal a determinar um arresto.

Por Guilherme Francisco

A

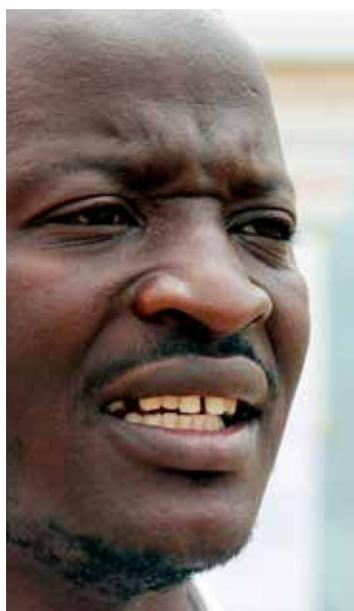
Jefran não entrega residência a clientes há vários anos e agora viu os imóveis arrestados pelo Tribunal de Luanda. Qual é razão desse incumprimento?

A verdade é que existiam vários contratos fraudulentos. Ao longo do tempo (caminhamos agora para cinco anos), lutamos ao máximo para entregar as habitações dos que tinham condições de receber, porque nem todos os que reclamam têm condições de as receber. Não podemos entregar uma casa a um preço muito abaixo do seu custo, porque uma casa tem um preço muito alto hoje. Então, chamamos os clientes para negociar com eles e chegamos a um acordo para que a empresa e

o cliente partilhassem o momento ruim que estamos a viver agora. No entanto, por conta de uma decisão administrativa do Inadec (Instituto Nacional de Defesa do Consumidor), a empresa não trabalhou por dois anos, assim como este arresto vem atrasar o processo. Agora temos as contas bancárias bloqueadas por ordem do Tribunal, pelo que acabámos por não fazer nada. Se o arresto levar dois, quatro ou 20 anos é o tempo que os clientes vão esperar para resolver o problema.

Mas o arresto só aconteceu porque a Jefran não cumpriu os prazos...

Não, muitos dos clientes que reclamam não têm condições de receber as casas, porque não pagaram, muitos deixaram de pagar. E as negociações com o Inadec não foram como esperávamos. Temos documentos, abrimos a porta ao Inadec para certificar, marcámos uma reunião e, simplesmente, não nos deu ouvidos.



PERFIL

Francisco Silva nasceu em 1978, em Malanje, e refugiou-se em Luanda, onde começa a realizar várias actividades informais até se instalar no mercado imobiliário. Hoje, considera-se estar a frequentar o “bacharelato em coragem na faculdade da dificuldade” por conta dos problemas que tem há anos com clientes.

O Inadec não apresentou uma alternativa ao encerramento?

O Inadec não deu uma contraproposta, apenas impôs. Nós demos 12 meses para resolver o problema e o Inadec disse que devíamos resolver em um mês. Era impossível, uma coisa absurda, porque uma empresa como a nossa, que esteve parada por várias vezes, precisava de tempo para se erguer.

Alguma vez recebeu proposta do Inadec para arquivar o processo a troco de dinheiro?

Do Inadec, como instituição, não. Mas tivemos pessoas oportunistas que se faziam passar por funcionários do Inadec e que solicitavam valores para arquivar o processo. Já chegaram a cobrar 25 milhões de kwanzas.

O Inadec diz que são um total de 490 clientes lesados, enquanto a empresa alega que são 103. Porquê a diferença?

Temos 103 clientes contabilizados. Existe aquele grupo de clientes com contratos viciados, que não passaram pela empresa, deram o dinheiro a funcionários. Não temos este registo, então pedimos ao Inadec que o tem que no-lo desse para podermos trabalhar e descobrir quem são os autores destes contratos.

Mas esses contratos que diz serem falsos têm carimbo da empresa...

Até os países do primeiro mundo têm documentos falsos. Foi um aproveitamento de alguns funcionários de má-fé. Onde há um corrupto, há um corruptor. Tanto os clientes que

corrompiam como os funcionários devem ser responsabilizados.

Estes funcionários estão identificados?

Sim, estão identificados. Movemos uma acção criminosa contra alguns destes trabalhadores, seis no total. Muitos foram presos, mas veio a lei da amnistia de crimes financeiros e foram absolvidos.

Os clientes lesados alegam que a promessa de ter 200 casas prontas para entregar e mais de mil milhões de kwanzas para investir é uma forma de ludibriar as autoridades...

A este tipo de questões não podemos responder. Estamos diante de um processo civil, mostrámos por A mais B que não há crime nenhum e não é manobra. Aliás, não acho que haja vítimas porque, se há, somos todos, não estamos em ilhas diferentes. Pessoas de sã consciência sabem que o país viveu e vive dificuldades. Temos 220 clientes que não nos pagam a renda e já estão com as casas e ninguém fala sobre isso. E se nós tirarmos estas pessoas das casas? Este é o problema. Estas pessoas entraram também com um senão: pagaram 1 milhão de kwanzas de entrada e a casa custa 10 milhões. Estas pessoas têm 9 milhões? Isso é o que me espanta, há clientes que estão a ser instrumentalizados por forças ocultas que desconheço.

Há informações de que está a desferir-se de outros activos em seu

“ Não sabemos onde vai o país com esta onda de mediatização e perseguição. Um ministério que levaria as partes a um acordo é aquele que ameaça e bate. O sucesso não é travar ou fechar uma empresa. ”

nome, face à pressão da justiça. Diz-se que vendeu a sua participação na Master Seguros e na Xico Bless... Primeiro, acho que os donos da Master devem processar todos os que estão a falar sobre isso, desde jornalistas a clientes. Não tenho nada que ver com a Master. Apenas havíamos cedido o terreno onde a seguradora se instalou. No passado, tínhamos que ver com a Xico Bless. A Jefran não tem alvará de construção civil. Quem tem é a Xico Bless. A Jefran é imobiliária. São coisas para separar, incluindo a Clínica Anjo da Guarda, que também é chamada nisto. Neste momento, sou patrono, director-geral da Jefran. Tinha, realmente, acções na Xico Bless, mas eu retirei-me.

Há quanto tempo?

Recentemente. Não por nossa vontade, fizemos apenas o nosso trabalho para que a Jefran continuasse a seguir o seu curso. Não era possível misturar a Jefran e a construtora. Com os problemas que estamos a ter, só é possível construir graças aos parceiros. Cedi a minha quota na Xico Bless justamente para fazer com que a empresa realmente trabalhasse.

Mas se já não tem acções na Xico Bless, por que motivo foi arrestada? Tem de perguntar à justiça.

Ou é porque os documentos da empresa o associam a ela?

Os meus advogados estão a trabalhar nisso. Há muita coisa errada.

E a clínica Anjo da Guarda pertence-lhe ou não?

A Clínica Anjo da Guarda foi criada na altura para a Jefran, deixou de ser da empresa faz muito tempo. Hoje temos uma parceria forte, mas não é da Jefran.

Como construiu a Jefran? Há rumores de que seja ‘testa de ferro’ do antigo ministro do Interior Ângelo da Viegas Tavares.

Tenho maior orgulho em dizer que fui eu que constitui a Jefran com o meu próprio punho e posso refazê-la quantas vezes quiser porque a conheço. Tenho 40 anos, é lamentável que, quando olham para a estrutura, têm de me associar sempre a alguém. Será que alguém viu algum documento, gestão ou coisa mínima que Viegas Tavares tenha feito?

Já recebeu apoio financeiro do Estado ou de alguma individualidade?

Nunca.

E como a construiu?

A Jefran foi constituída por um jovem ambulante. Eu prestava serviço no cemitério da Sant’Ana e Alto das Cruzes, fazia campas. Após isso, comprei um terreno no Benfica, vendi ao doutor Flávio, funcionário do BPC. Depois disso comprei outro terreno na zona do cemitério do Benfica onde construí quatro casas e fui fazendo mais casas, cheguei onde estou. Não teve nenhum tostão de alguém que possa dizer.

Há clientes que afirmam que o atraso se deveu ao facto de ter priorizado o negócio com o Ministério do Interior...

É mentira. O Ministério comprou as casas como qualquer cliente. Pagou bem as casas todas. Não veio ninguém a sobrepor os interesses de outro. Existem pessoas que pagaram apenas 500 mil kwanzas e dizem que vendi as casas ao Ministério do Interior. Acreditam que fiz uma casa com este valor? Há quem tenha pago 200 mil kwanzas, 1 a 2 milhões de kwanzas, acreditam que construí uma casa com estes valores? Uma nota de 100 dólares saltou de 10 mil para 50 mil kwanzas; o ferro que custava 200, hoje custa 6 mil kwanzas. A inflação afectou tanto os clientes como a empresa.

Porque ‘substituiu’ o Inadec pela AADIC na medição do conflito?

Nós acreditamos na justiça. O Inadec está a fazer o seu trabalho em defesa do consumidor. Achamos que tem de existir também outra entidade a zelar por aquilo que é a mediação com a empresa.

Com o arresto, como ficam os clientes que estavam prestes a receber casas?

Ficam prejudicados todos até aqueles que têm os seus interesses salvaguardados. É o país que perde e os funcionários todos. Repare que já tivemos 2.200 funcionários. Com estes problemas, ficamos com apenas 200 e estes poderão conhecer o desemprego nos próximos dias.

E a questão salarial?

O tribunal saberá como fazer, enquanto as famílias sofrem.

Qual é a real dívida que tem para com os clientes?

A real dívida é a que será mensurada pelo tribunal. Temos o nosso valor contabilizado, vamos aguardar o que o Tribunal vá conferir por conta de processos viciados.



E quanto tem contabilizado de dívida e de prejuízos?

É diferente do valor do Inadec. Temos uma dívida de mais de 90 milhões de kwanzas e o prejuízo é de mais de 58 milhões de dólares.

Que avaliação faz ao sector de construção?

Um sector doente em que não se produz nada. As empresas estão cada vez mais a fechar, apelamos para o emprego, mas cada vez mais fechamos as empresas.

E como olha para o incentivo ao empresariado?

As políticas são muito simples, queremos entender porque o Governo ainda não as tomou. Temos problemas de fundo. Agora estamos mais

preocupados em perseguir do que em construir o país. Isso tem causado problemas graves na indústria. Por que razão muitas políticas que o Estado lançou não têm ainda os resultados bem visíveis? Alguma coisa está errada, devemos procurar as raízes.

E quais são essas raízes?

Só o facto de olhar para um empresário novo e achar que não pode provavelmente fazer muita coisa... Agora estamos a fechar uma empresa por conta de clientes que estão a reclamar. Que indústria vai abrir aqui? Não há aqui um bom clima de negócio. Um empresário atrasa numa reunião, porque parou o carro para dar gasosa ao Polícia. Ou ainda, um agente do Estado, do Inadec, numa reunião, recebe-o com arrogância,

olhando para si como um criminoso. Como é que uma instituição como esta acusa, quando é tarefa do Ministério Público? E o Ministério Público fecha uma empresa quando é papel do Tribunal? Como empresário, garanto: o nosso ambiente de negócio é hostil.

Não acredita na mudança referida pelo Governo?

Acredito com alguma dificuldade, porque temos de ter mudança de mentalidade. O Presidente da República não conseguirá fazer sozinho. O esforço que está a empreender não combina com as ideias dos seus auxiliares. Não sabemos onde vai o país com esta onda de mediatização e perseguição. Um ministério que levaria as partes a um acordo é aquele que ameaça e bate. O sucesso não é travar ou fechar uma empresa.

Voltemos às casas. Se tem 200 prontas, porque não as entrega aos 103 clientes pendentes?

Muitas destas pessoas não têm condições financeiras. A empresa não vai dar casa a quem pagou 500 mil kwanzas.

Afinal, o que diz o contrato?

Pelos contratos que tínhamos, na altura, as pessoas tinham de entrar com 10% e deram. Depois, tinham de continuar a pagar durante 24 meses para a obtenção da casa. O valor de uns era 500 mil dólares e de outros, 600 mil. Os clientes, entretanto, já não tinham como pagar, porque o câmbio saiu de 10 para 30. Por isso, achámos por bem não dar mais casa a estes, porque um grupo que já havia recebido não pagava mais, já que perdeu o poder de compra.

E porque não devolve o dinheiro?

Uma parte já recebeu o dinheiro de volta. Mas a outra quer o dobro, este é o irritante entre a empresa e os clientes.

Pensa em desistir?

Não. Lanço, aliás, um apelo aos empresários que vivem problemas, porque estamos num país que colocou funcionários contra empregadores e clientes contra empresas, que se mantenham firmes. É um momento que vai justificar a nossa riqueza, porque amanhã saberão que não roubámos.

Tem outros projectos empresariais em carteira?

Temos projectos ligados à agro-indústria, mas, por conta desta situação, o ambiente de negócio não é favorável.

DE JURE

VAI SERVIR BENGUELA, HUAMBO, BIÉ E KWANZA-SUL

Tribunal da Relação pretende garantir maior celeridade processual

CELERIDADE PROCESSUAL. Instituição visa descongestionar a pressão e a pendência processual no Tribunal Supremo e outros superiores, bem como descentralizar as instâncias de recursos, para se aproximar mais aos cidadãos e tornar a justiça mais célere.



Benguela é a sede do Tribunal da Relação da II Região, que conta com 23 juízes desembargadores.

© VE

Por Redacção

O Tribunal da Relação de Benguela pretende garantir maior celeridade processual e reapreciação das decisões judiciais em sede de recurso na 3.ª Região Judicial do país, que integra as províncias de Benguela, Huambo, Bié e Kwanza-Sul.

Inaugurado este fim-de-semana pelo ministro de Estado e chefe da Casa Civil do Presidente da República, Adão de Almeida, o Tribunal da Relação é o segundo do género a ser aberto no país e vai contar com mais de 50 magistrados, entre judiciais e do ministério público.

“Este acto é bastante importante porque permite dar mais um passo na materialização do Plano de Desenvolvimento Nacional no que à reforma da Justiça diz respeito”, sublinhou Adão de Almeida, durante a intervenção, na ceri-

mónia assistida por magistrados judiciais e do Ministério Públicos, membros do governo provincial e da sociedade civil.

A criação de regiões judiciais, explicou, introduz uma nova instância, com o objectivo e efeito principal de evitar o recurso directo ao Tribunal Supremo, permitindo maior celeridade processual, segurança e confiança no sistema judicial.

O chefe da Casa Civil afirmou que a criação de Tribunais da Relação é um passo impor-

tante na busca de condições para que o poder judicial, com a independência que a Constituição reserva, possa desenvolver a sua tarefa rumo à consolidação do Estado de Direito no país.

O primeiro Tribunal da Relação foi aberto na passada sexta-feira, no Lubango, Huíla, de um total de cinco estruturas projectadas para o país. Luanda, Uíge e Lunda-Sul são as outras províncias que vão albergar os restantes tribunais similares.

Com 3.066 metros quadrados, dos quais 1.390 metros do edifício principal, duas divisões de 170 metros quadrados, com cinco e quatro subdivisões cada uma, o edifício construído na década de 1960 do século passado foi adequado aos novos propósitos.

A construção, localizada na rua Afonso de Albuquerque, é propriedade do Banco Nacional de Angola (BNA) e foi cedida à luz do Decreto Presidencial nº 28/2019, de 16 de Janeiro, que aprova o Programa de Implementação da Lei Orgânica sobre a Organização e Funcionamento dos Tribunais de Jurisdição Comum.

Entre os compartimentos, consta, além da área de assistência técnica, salas de audiências, informática, polyvalentes, reprografia, zona administrativa, biblioteca, refeitório, gabinetes de trabalho para os magistrados, dentre outros.

Os tribunais da Relação visam descongestionar a pressão e a pendência processual no Tribunal Supremo e outros superiores, assim como descentralizar as instâncias de recursos, aproximando-os mais aos cidadãos e tornar a justiça mais célere.

Está prevista, nos tribunais da Relação, a criação de até quatro câmaras, concretamente a Câmara Criminal, Câmara do Cível, Administrativo, Fiscal e Aduaneiro, Câmara do Trabalho e a da Família, Sucessões e Menores.

No quadro do novo mapa jurídico, Benguela é a sede do Tribunal da Relação da II Região, que conta com 23 juízes desembargadores, que vão atender os processos das províncias de Benguela, Huambo e Cuanza-Sul.

Adão de Almeida felicitou o Conselho Superior da Magistratura Judicial (CSMJ), augurando que o Tribunal da Relação do Lubango “seja o marco de viragem na organização judiciária, na celeridade processual e na aproximação dos serviços de Justiça”.

MEMORIZE

● **Está prevista**, nos tribunais da Relação, a criação de até quatro câmaras, concretamente a Câmara Criminal, Câmara do Cível, Administrativo, Fiscal e Aduaneiro, Câmara do Trabalho e a da Família, Sucessões e Menores.

ELEIÇÃO PRESIDENCIAL DOS EUA

Gestão de campanhas eleitorais em tempo de pandemia

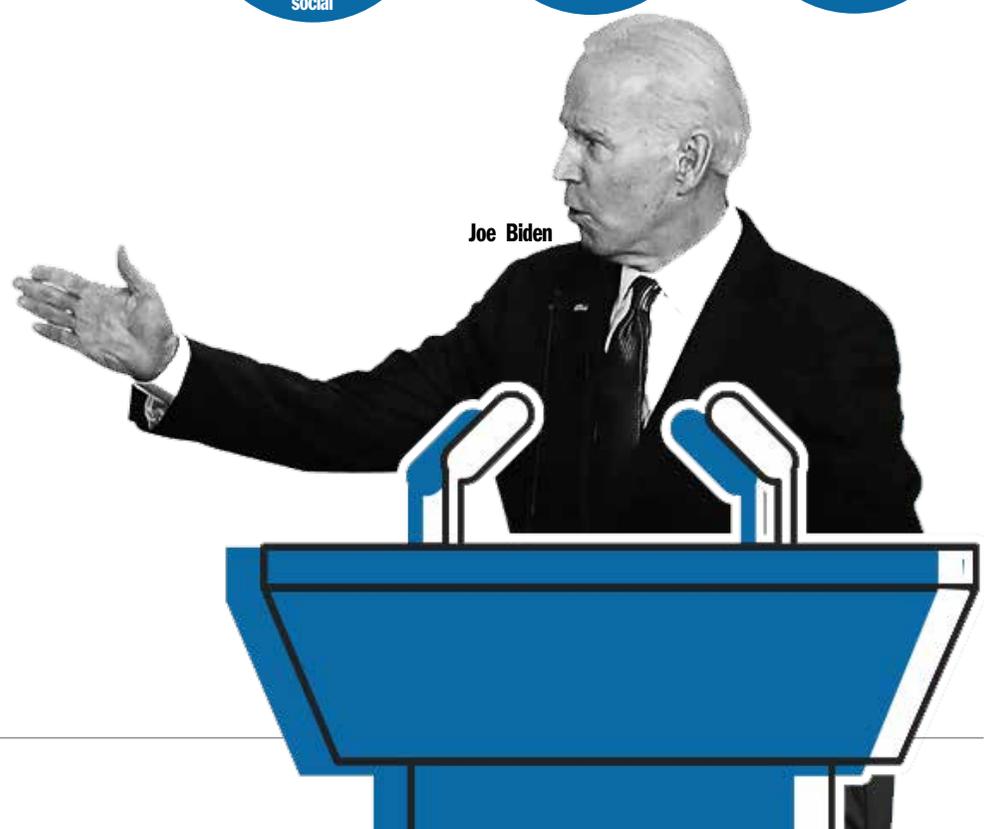
INOVAÇÃO. Os estilos das campanhas eleitorais americanas que opõem democratas a republicanos têm sido sempre diferentes, mas a pandemia polarizou-os ainda mais neste ano atípico. Como nas eleições de 2016 as sondagens indicam que os democratas liderados por Joe Biden estão à frente nas intenções de voto e têm muitas celebridades a apoiar, mas tal como nas eleições passadas Donald Trump não pode ser subestimado, sendo que nesta leva a vantagem de estar na Casa Branca.

- 1 Mensagem que transmite segurança no controlo da pandemia. Trump poucas vezes de máscara até apanhar covid19
- 2 Ritmo intenso, em 22 dias Trump fez 27 viagens em 17 estados
- 3 Criticado por pôr em risco a saúde dos seus eleitores
- 4 Até final de agosto tinha angariado 325 milhões para a campanha eleitoral
- 5 Eventos de angariação de fundos presenciais
- 6 Aposta na abordagem presencial em detrimento da publicidade televisiva
- 7 Comícios presenciais que juntam milhares de pessoas e que desafiam as recomendações de distanciamento de prevenção da pandemia
- 8 Abordagem porta a porta clássica presencial com voluntários a visitarem mais de 1 milhão de eleitores
- 9 Staff trabalha em grupo com intensidade nos últimos meses da campanha

- 1 Mensagem que transmite importância das precauções e regras de distanciamento social. Biden sempre de máscara
- 2 Ritmo brando, com 12 visitas nos estados próximos em 22 dias
- 3 Criticado pela falta de energia da campanha e pouca presença
- 4 Até final de agosto tinha angariado 466 milhões para a campanha eleitoral
- 5 Eventos de angariação de fundos online
- 6 Gasto com publicidade televisiva seis vezes mais elevado do que a de Trump nos estados decisivos
- 7 Combinação de eventos online, com presenças esporádicas, muitas entrevistas e paragens com poucas reuniões de gente com ênfase no distanciamento social
- 8 Campanha porta a porta presencial suspensa, registo de 2.6 milhões de conversas com eleitores via telefónica e online
- 9 Staff em trabalho remoto que já levou a críticas de senadores democratas de alguns estados



Donald Trump



Joe Biden

(In)formalizando

PARA FAMÍLIAS VULNERÁVEIS

FAS apoia formalização e financiamento de cooperativas

EMPREENDEDORISMO. Fundo de Apoio Social vai apoiar a formalizar e financiar cooperativas de famílias em condições vulneráveis. Objectivo é criar uma fonte de rendimento sustentável que crie emprego.

Por Guilherme Francisco

Em cumprimento da segunda das quatro componentes do programa Kwenda, o Fundo de Apoio Social (FAS) lançou a 'Inclusão Produtiva', uma iniciativa que visa tornar as famílias beneficiárias em empreendedoras, após o fim das transferências monetárias que têm duração de apenas um ano.

Teresa Quivienguele, directora-geral adjunta do FAS, explica que a acção está enquadrada na linha de financiamento do Estado e do Banco Mundial no valor de 420 milhões de dólares do programa Kwenda, e arranca este ano em pelo menos 20 municípios, considerados "bastante pobres" e que

450

Milhões de dólares, financiamento do Estado e do Banco Mundial

constam da base de dados das 10 mil identificadas pelos agentes de desenvolvimento comunitário e sanitário. "A intenção é reforçar a autonomia das famílias, inseri-las em actividades geradoras de rendimento para que possam caminhar sozinhas no fim das transferências monetárias", avança.

Nos planos, consta a formação técnico-profissional dos beneficiários (angolanos com idades entre os 18 e os 50 anos), no termo da qual o FAS deverá auxiliar na criação e formalização das cooperativas.

O valor de financiamento de cada cooperativa será feito mediante pronto diagnóstico e de acordo o ramo de actividade que abrange da agricultura a pequenos negócios, segundo o Fundo.

No entanto, Teresa Quivienguele afasta a possibilidade de inserção indevida de beneficiários que sejam funcionários públicos ou tenham renda fixa, tal como ocorreu no lançamento das transferências monetárias no Nzeto, Zaire. Assegurando, como refere, um sistema de "controlo eficaz" que prontamente desactiva beneficiários indevidos, graças à colaboração das delegações ministeriais dos municípios e pessoas em particular.

A primeira fase da 'Inclusão Produtiva' foi lançada em Luanda e contou com a parceria de várias Organizações Não-Governamentais com experiência em desenvolvimento sustentável rural.



NO ÂMBITO DO PAPE

Microempreendedores recebem crédito de 320 mil kwanzas

Oitenta microempreendedores do Luena receberam financiamento estimado em 320 mil kwanzas para começar e reforçar as actividades comerciais. O crédito, sem juros e garantias, foi concedido no âmbito do Plano de Acção para a Promoção da Empregabilidade (Pape).

Do número de beneficiários apenas 20 empreendedores, ligados à agricultura, carpinta-

ria e alfaiataria, não passaram pelas formações ministradas pelos centros do MAPTSS. Foram habilitados com carteiras profissionais pelo facto de desempenharem "dedicadamente" as suas actividades, segundo as autoridades.

Na ocasião, a ministra da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social, Teresa Dias, aconselhou os

empreendedores beneficiários a gerirem "racionalmente" a quantia recebida.

A linha de crédito do Pape, estimada em 21 mil milhões de kwanzas, financiou, até ao momento, 9.500 projectos de microempreendedores, estimados, na globalidade, em 2 mil milhões de kwanzas. Até 2021, pretende-se financiar 243 mil projectos.

BIC NET EMPRESAS

NÃO INTERROMPA O SEU NEGÓCIO PARA IR AO BANCO.

O BIC NET Empresas, permite-lhe fazer a gestão das contas da sua empresa onde estiver e quando quiser através da Internet, de forma rápida, eficaz e totalmente segura, com o sistema de segurança Cartão Matriz que o Banco BIC utiliza.



LINHA DE ATENDIMENTO BIC

+(244) 923 190 870

Serviço disponível 24H

www.bancobic.ao



BancoBIC

Crescemos Juntos

Opiniões

TRANSCOOP
Transportes Rodoviários

AGILIDADE, CONFORTO, SEGURANÇA E EXCLUSIVIDADE



**SERVIÇO
PERSONALIZADO COM
CONFORTO E
SEGURANÇA**

O TAXÍMETRO SÓ SERÁ LIGADO
NO LOCAL DA CHAMADA



Rua 21 de Janeiro, Bairro Rocha Pinto, Luanda

Call center

(+244) 947 992 829

(+244) 993 091 599

Trabalhamos com multicaixa



Como as TMT estão a transformar a função financeira e fiscal



Rui Henriques,
TMT Tax
Leader EY

Globalmente, as organizações TMT estão a considerar o co-sourcing para potenciar sucesso das operações num ambiente mais complexo, constata o survey global EY Tax and Finance Operate (TFO), que contou com mais de 1.000 executivos de 35 países.

Nos últimos anos, um dos grandes desafios das organizações tem sido identificar o equilíbrio entre competências para gerir obrigações de compliance e complexidade regulatória crescente, e lidar com os saltos quânticos em tecnologia e gestão de dados.

Mais recentemente, as empresas tiveram de lidar com o choque decorrente da pandemia da covid-19, com muitas das mesmas pressões em vigor antes da crise, aguardando a sua atenção quando a pandemia diminuir. É claro que construir uma base operacional resiliente é mais importante do que nunca para as empresas globais. E como facilitadores da conformidade e coletores de dados, as funções fiscais e finan-

ceiras são a pedra angular.

No âmbito do survey EY TFO, 79% das organizações de TMT definiram um plano de redução de custos nos próximos dois anos, e 80% refere que provavelmente irão optar pelo co-sourcing tecnológico no âmbito da função financeira e fiscal, pois 64% das equipas investe o tempo em tarefas de compliance e reduzido valor acrescentado para a organização, processos que estas organizações têm consciência de não ter expertise para desenvolver soluções de automatização.

Aliás, a falta de um plano/estratégia para a gestão de dados e a transformação digital é citada como a maior barreira para alcançarem uma função financeira e fiscal alinhada com os objetivos de geração de valor para a organização.

Curiosamente, as organizações TMT, que, por natureza, são o epicentro do desenvolvimento tecnológico para todas as outras indústrias, sentem alguma relutância em investir no desenvolvimento de competências e talento dos próprios profissionais, numa vertente tecnológica e, por isso, consideram que o co-sourcing pode ser a solução certa, conjugando expertise financeira e fiscal e ferramentas tecnológicas de um provider, com o know-how interno de negócio.

Aliás, é convicção das organizações de TMT (30%) que nos próximos três anos, haverá um shift do mix de competências core da função financeira e fiscal, para capacidades de processamento de dados

e tecnologia, pois sentem que tal é essencial face ao aumento das exigências de compliance digital (SAFT, etc.), não se têm sentido ainda preparadas.

O caminho deste futuro é efetivamente muito desafiante. E o grande tema é a velocidade da mudança e a necessidade de ajustamento.

Então qual a abordagem a tomar?

- Definir o objetivo do modelo da função financeira/fiscal – este é o momento para avaliar as prioridades relativamente a controlo de custos, criação de valor e gestão de risco e como a função financeira/fiscal podem contribuir para a estratégia de negócio core;

- Determinar o que desenvolver internamente – manter os processos financeiros e fiscais in-house requer um bom nível de transformação organizacional envolvendo recursos humanos, dados, processos e tecnologia. A opção de manter apenas as atividades de valor acrescentado e best-in-class pode ser a mais acertada, mas é importante ter um razoável nível de segurança quanto à capacidade de implementar tal transformação;

- Definir que atividades colocar em co-sourcing – a decisão de fazer o co-sourcing de processos mais rotineiros e menor valor acrescentado, que requerem investimentos em tecnologia com difícil ou longo retorno pode ser recomendável;

- Identificar o mix de equilíbrio – o bom senso levará as organizações a manter sob seu controlo as atividades de valor acrescentado e gestão de risco fiscal, externalizando as de menor valor acrescentado e tecnologia intensiva de compliance digital (para a qual não existe know-how interno para desenvolvimento). E, para tal, é importante uma clara identificação de umas e outras (o que nem sempre é claro, pois as equipas estão demasiado absorvidas no compliance sem terem real noção das atividades de valor acrescentado que podem ser desempenhadas).

É preciso decidir e agir. Estratégia é fundamental e o Tax and Finance Operate pode fazer parte da solução!

“ Apoiar o crescimento do sector privado é uma terceira forma de desbloquear o potencial económico de África, representando uma oportunidade significativa – em termos de comércio e investimento. ”

Parcerias mundiais para uma recuperação africana

A propagação da pandemia da covid-19 afectou profundamente os países desenvolvidos e em desenvolvimento, apesar das grandes disparidades nas capacidades de resposta inicial. Os líderes mundiais estavam particularmente preocupados com as implicações potenciais da doença para África, tendo em conta a falta de recursos financeiros e médicos do continente, sistemas de saúde débeis, economias frágeis e populações vulneráveis.

Mas a preparação e a cooperação entre os líderes africanos e as agências da União Africana, principalmente os centros africanos de controlo e prevenção de doenças, resultaram em muitos sucessos – incluindo maior capacidade de realizar testes, mobilização de recursos e políticas coordenadas para prevenir e conter a propagação do novo coronavírus e promover a recuperação económica.

Apesar destes sucessos, África ainda enfrenta desafios significativos. Estes incluem um aumento contínuo de casos de covid-19, uma necessidade de maior capacidade para realizar testes e infra-estruturas de saúde melhoradas, dificuldades na aquisição de produtos médicos e alimentares, sistemas de segurança social frágeis que estão a debater-se para apoiar as populações vulneráveis durante a crise económica e a alta dívida governamental juntamente com a necessidade de maiores gastos.

Embora os países africanos tenham capacidade para continuar o progresso no longo caminho para a recuperação, o apoio externo reforçaria consideravelmente os seus esforços. Além dos princípios humanitários e da solidariedade, é do interesse mundial que haja uma recuperação africana sólida e rápida. Enquanto o vírus estiver descontrolado em algumas regiões, nenhuma parte do mundo estará protegida. Além disso, se a covid-19 enfraquecer ainda mais os Estados africanos

frágeis ou causar catástrofes económicas ou sanitárias no continente, pode ocorrer uma crise de migração ou um aumento de ameaças à segurança internacional.

Propomos, portanto, seis formas com as quais o mundo pode cooperar com África para melhorar a resposta do continente à crise, acelerar a recuperação económica e criar impulso para o desenvolvimento pós-pandemia.

Em primeiro lugar, os parceiros externos podem fornecer recursos e investimentos suficientes para permitir respostas eficazes à covid-19 e recuperações económicas pós-pandemia inclusivas. Embora os parceiros multilaterais e bilaterais já tenham fornecido algum apoio financeiro na forma de alívio da dívida, empréstimos e doações, os governos africanos precisam de muito mais. Alguns estimam que a lacuna de financiamento na resposta à pandemia do continente seja cerca de 100 mil milhões de dólares anuais ao longo dos próximos três anos. Tendo em conta as vulnerabilidades económicas e sanitárias de África, o apoio financeiro adicional e o alívio da dívida são essenciais.

Em segundo lugar, os parceiros devem apoiar e investir no Acordo de Livre Comércio Continental Africano (AfCFTA), que é um dos melhores planos de recuperação económica de África. O AfCFTA visa aumentar significativamente o comércio intra-africano e, assim, desenvolver cadeias de valor regionais, produção local e fornecimento de bens intermediários e finais. Ao reduzir a vulnerabilidade do continente a choques externos através da diminuição da dependência do comércio não africano, o acordo fomentará a diversificação económica e a resiliência, promovendo assim a integração de África e auxiliando a sua recuperação. Além de apoiar e investir no AfCFTA, os parceiros podem fornecer conhecimentos sobre regulamentações comerciais e capacidade industrial.

Apoiar o crescimento do sector privado é uma terceira forma de desbloquear o potencial eco-



nómico de África, representando uma oportunidade significativa – em termos de comércio e investimento – que irá beneficiar África e as empresas internacionais. Embora tanto o sector formal como o grande informal estejam actualmente em dificuldades, devido a confinamentos e restrições económicas, as empresas privadas serão decisivas para a recuperação e o desenvolvimento futuro de África. Os parceiros externos podem apoiar as empresas africanas através de um maior investimento, inclusive nas pequenas e médias empresas que hoje tentam sobreviver e pagar aos empregados. Os parceiros internacionais também podem ajudar a melhorar o ambiente de negócios, por exemplo, supervisionando um processo de regulamentação obrigatório.

Em seguida, os parceiros externos podem apoiar os esforços de África para acolher a Quarta Revolução Industrial (4IR) e alcançar uma transformação digital de sucesso. Durante a pandemia, a tecnologia permitiu a previsão e modelação médica em tempo real, melhor comunicação entre líderes e o funcionamento virtual das empresas. Mas a infra-estrutura tecnológica de África, especificamente o acesso

à internet, está muito atrasada e o continente beneficiou menos com a tecnologia digital do que o resto do mundo. Os parceiros podem ajudar a acelerar o 4IR em África, ao partilharem inovações tecnológicas, colaborar na adaptação aos contextos africanos e proporcionarem investimentos que irão libertar o potencial tecnológico dos jovens inovadores africanos e permitir que as inovações existentes sejam ampliadas.

Em quinto lugar, o mundo pode ajudar a garantir que nenhum africano seja deixado para trás, inclusive por meio da criação de empregos, desenvolvimento de competências, protecção social e igualdade de género. Os grupos vulneráveis, como aqueles que vivem em bairros de lata urbanos ou áreas rurais, jovens, mulheres e famílias mais pobres precisam de apoio governamental extra, mas os sistemas de bem-estar social são débeis, especialmente em estados frágeis. Os parceiros externos deveriam, portanto, dar atenção especial à assistência aos países e comunidades mais afectados, canalizando recursos para essas populações, em vez de darem ajuda incondicional aos governos e colaborando com os líderes africanos para criar políticas inovadoras que beneficiem esses grupos.

A prioridade final é ajudar África a fazer face às fragilidades e a colmar as lacunas entre os objectivos e os resultados das políticas, inclusive através da investigação de políticas baseadas em evidências. Instituições ineficazes, corrupção e falta de responsabilidade podem prejudicar até mesmo as políticas perfeitas. Os parceiros podem monitorizar projectos ou fornecer especialistas para ajudar na implementação e podem promover a boa governação através de medidas e indicadores como o Índice de Percepção de Corrupção, da Transparency International, o Índice de Estados Frágeis, do Fundo para a Paz, ou os Indicadores de Governação Mundial, do Banco Mundial.

Cada uma destas seis propostas pode ajudar África a combater e a recuperar da pandemia da covid-19, mas também são essenciais para realizar o potencial do continente e acelerar o desenvolvimento futuro. Ao colaborarem com parceiros externos para garantir recursos adicionais, desenvolver novas iniciativas e investir em sectores-chave, os países africanos podem mitigar o impacto imediato do vírus e acelerar a recuperação económica, ao mesmo tempo que constroem sistemas resilientes para o crescimento e sucesso a longo prazo.

AUTORES:

Landry Signé, professor e director a Universidade de Arizona (EUA)

Ameenah Gurib-Fakim, presidente Maurícias

Joyce Banda, ex-presidente do Maláui;

Rosalía Arteaga Serrano, ex-presidente do Equador;

Phumzile Mlambo-Ngcuka, sub-secretária-geral das Nações Unidas e directora-executiva da ONU Mulheres, e ex-vice-presidente de África do Sul;

Laimdota Straujuma, ex-primeira-ministra da Letónia;

Yves Leterme, ex-primeiro-ministro da Bélgica;

Rovshan Muradov, secretário-geral do Centro Internacional Nizami Ganjavi.

Opiniões

E agora pergunto eu...



Geralda Embaló
Directora-Geral
Adjunta

Recentemente, a televisão e os jornais portugueses replicaram as palavras do embaixador americano em terras lusas e eu tive de guardar fotografia das imagens porque, quando o Valor Económico escreveu exactamente as mesmas palavras, foi severamente atacado pelo jornal do Estado que chamou do VE de “antipatriótico”. E a frase era simples: “embaixador americano diz que Portugal tem de escolher entre o aliado EUA e o parceiro China”, coisa que os americanos não fazem cerimónias em dizer seja em que país

for. Mas, em Angola, quando foi dito, e o VE publicou *ipsis verbis* o que disse Mike Pompeo, foi um escândalo e o jornal, e não o diplomata americano, foi acusado de pressionar as instituições e a perigar as relações, a expressão era “o jornal Valor Económico prestou um mau serviço”. Noticiar factos é considerado pelo poder e pelos seus meios de propaganda um mau serviço.

E bem a propósito de mau serviço, esta semana, a informação económica angolana ficou mais pobre porque o jornalista Carlos Rosado de Carvalho deixou de fazer o magazine de economia que fazia na TV Zimbo.

Podem tecer-se diferentes considerações acerca da discrição da nova administração da televisão para editar o conteúdo de um programa por si emitido, que se podem tornar tecnicamente válidas, principalmente porque estaria em causa um indivíduo com muito mais direito à defesa do bom nome do que outros, que se vilipendiam à vontade porque assim permite e indica o poder instalado.

Mas, ao fim do dia, e tendo em conta que a pluralidade da informação, mais da informação económica é tão escassa, no mínimo, é ponto assente que com este episódio a informação económica e a pluralidade da informação no país ficaram mais pobres. Confirmam-se os receios de que o controlo dos diferentes grupos de media por parte do Estado só pode coarctar essa pluralidade de informação que faz tanta falta em democracia.

E, concorde-se ou não com Rosado de Carvalho em diferentes temas, ver jornalistas, seja de que casa forem, a aplaudirem esse episódio que é sintoma de um retrocesso geral tenebroso. Jornalistas e público, perdemos todos para essa entidade invisível que é o senhor ‘ordens superiores’ e que sai vencedora tantas vezes.

Pior é que este senhor ‘ordens superiores’ é o mesmo que justifica manifestações de diferentes formas em diferentes fóruns. Não se limita a defender o status quo e ataca violenta e pessoalmente todos os que identifica como

cheias de cobardia, tentar sujar quem não está alinhado com as instruções do senhor ‘ordens superiores’, fazem normalmente recurso à manipulação de preconceitos e complexos de inferioridade que se misturam sempre nos discursos que apelam ao nacionalismo obtuso, retrógrado e ignorante do ódio ao estrangeiro.

Quem critica o poder se não é tornado estrangeiro, pelo menos será tornado dependente ou a soldo de estrangeiros. O angolano de bem não critica o status quo especialmente não critica em público, se o faz, torna-se estrangeiro ou pelo menos vendido aos avarentos corruptos que querem desestabilizar o país. O angolano de bem fica calado a assistir impávido e se possível a apanhar as sobras deixadas por quem é atacado. Só se amanhã se tiver numa posição de força é que se diz o que se pensa sobre quem estiver mais fraco. Essa é a ideologia do senhor ‘ordens superiores’ que tínhamos todos esperança de que o presidente João Lourenço ‘desse corrida’.

E agora pergunto eu, não era promessa acabar também com a bajulação que é *modus operandi* do senhor ‘ordens superiores’? Ou esta entidade tornou-se demasiado conveniente num contexto em que há tanta coisa para criticar? Quanto custará a manutenção desta entidade onnipresente, que se adapta constantemente, qual camaleão, para manter o poder e assim se manter relevante? E até que ponto poderá ter retorno esse investimento que se assemelha a pagar à Euronews para dizer maravilhas do país quando o reporte da realidade também obriga a mostrar as manifestações que se quer fingir que não existem? Quanto custará o senhor ‘ordens superiores’ alinhadas num país com prioridades urgentes como devia ser a morte de 46 crianças por dia por desnutrição? De Janeiro a Julho, duas crianças morreram à fome a cada hora segundo a direcção nacional de saúde pública. Quanto é desperdiçado e que poderia ir para a saúde de modo a que não pagássemos o senhor ‘ordens superiores’ com fundos que deveriam ir para equipar hospitais para darem melhores chances de vida a todos? A perda trágica e brutal de uma das melhores promessas políticas do país (que são muito poucas) mais dá que pensar. Prioridades...

*E agora pergunto eu, não era promessa acabar também com a bajulação que é *modus operandi* do senhor ‘ordens superiores’? Ou esta entidade tornou-se demasiado conveniente ...?*

ameaça. Os textos pouco higiénicos online que assassinam o carácter de quem não segue as ordens do senhor ‘ordens superiores’ são inequivocamente uma dessas manifestações. Uma das mais abjectas.

As milícias online que usam, muitas vezes, o anonimato para,



Angola
Innovation
Summit.

16 | 17
OUT
2020



Conferência



Feira Virtual



MasterClass



Lançamento
de Produtos

www.angolasummit.co



100% DIGITAL

O maior evento de inovação em Angola e nos PALOP 100% Digital



Efosa Ojomo

Senior Research Fellow no Clayton Christensen Institute for Disruptive Innovation



Pedro Lopes

Secretário de Estado para a Inovação de Cabo Verde



Gadi Lipiner

Consultor e Ex.CEO e fundador de Startups tecnológicas em Israel



Miguel Lúcio

Administrador Executivo na Asseco PST



Adedeji Ogunnubi

HR Manager na TOTAL E&P Canadá



Luis Madureira

Managing Partner da Uberbrands. Consultor de Competitive Intelligence (CI), Estratégia, Inovação & Growth



Eli David

CEO da StartupBlink



Leonardo Varella -Cid

Co-fundador da InnovationCast.com (software de gestão da inovação)



Diogo Ponte

Managing Director da Kairos (The Hemera Capital Partners Initiative to Drive Impact)



Teodoro Poulson

Coordenador da Comissão de Reestruturação do Fundo Activo de Capital de Risco Angolano (FACRA)



Mayra Silva

Administradora Executiva no NOSi (Núcleo Operacional da Sociedade de Informação de Cabo Verde)



Sérgio Alves

Consultor Internacional na Sociedade Portuguesa de Inovação



Fernando Cabral

Fundador do FS-360 and Chief Venture Growth da Djassi Africa



Haymée Cogle

Co-founder do Chapter Founder Institute Angola (Luanda)



Lúcia Stanislas

Entusiasta do desenvolvimento, Mentora e Empreendedora



Luis Verdeja

Fundador da Jobartis (primeiro portal de emprego em Angola)



Dimonekene Ditutala

Embaixador do Africa Code Week para Angola



Patrício Quingongo

Fundador e CEO da Petroangola



Sérgio Povoas

Director do Business Angel Club em Portugal

O MUNDO "MUDOU"! FIQUE EM CASA, MAS NÃO FIQUE PARA TRÁS.

info@angolasummit.co

PATROCINADOR OURO



APOIOS



MEDIA PARTNER



PARCEIROS





Jornal Valor Económico

Visite o site www.valoreconomico.co.ao

Regista-te

Sobre [Ver tudo](#)

11 343 pessoas gostam disto, incluindo 71 dos seus amigos

11 800 pessoas seguem isto

<http://www.valoreconomico.co.ao/>

936272323

Enviar mensagem

Empresa de comunicação e notícias

Fotos [Ver tudo](#)



Edição 229 Partilhas 73 Likes 420

A edição 229 do Valor Económico chegou a cerca de 30 mil internautas na pagina do VE e mereceu mais de quatro mil interações entre comentários, partilhas e emoções que maioritariamente se concentraram no destaque da capa sobre a entrevista de Francisco Pinto Leite que critica os preços elevados da Angola Cables.

Os comentários são selecionados segundo critérios que visam reflectir a diversidade e qualidade de opiniões sobre os temas do Valor Económico.

Gralhas e discussões personalizadas são editadas para publicação.

Leia na íntegra em www.valoreconomico.co.ao

Facebook/Comentários



Jose Paulo Nobrega

Importante saber como foi efectuado o investimento na Angola Cables



Edson Rocha de Oliveira

Disto nem se dúvida. Aliás quase todos os preços praticados em Angola, estão acima do normal... Tempo para a sua regularização.



Victor Teixeira

Os custos de importação, propriedade, custo de vida para QUEM PAGA contribuições e impostos são a grande razão dos preços praticados apesar de ter quase a certeza que a Angola Cables está isenta de todos eles, mas não isenta dos mixeiros que comem tudo e não deixam nada!!!



Diogo Zinho

Victor Teixeira É verdade Victor, os mixeiros são generais ministros vices, deputados, directores governadores etc. São os que andam bem de vida e nada precisam, continuam na base da bajú a receber das empresas cabazes e envelopes todos os meses. Os empresários não perdem, passam a factura indireta para o consumidor. Nós Angolanos pagamos os luxos da máquina dos corruptos gorduchos e gatunos que não mudam de conduta..



Victor Teixeira

Diogo Zinho deveria de haver uma investigação a fundo para se ver pra quem é e pra onde vão esses fundos que na maioria vão pra contas de empresas fictícias no exterior do país, fugindo a impostos e criando o enriquecimento de indivíduos que são autênticos parasitas e destruidores da nossa economia bem como do tecido empresarial privado que tenta sobreviver a todo tipo de concorrência desleal e perseguições orquestradas. Facturas de importação inflacionadas para justificar saída de divisas e outros esquemas são por demais evidentes e muito citados no exterior do país. Mudar o que está mal foi o que nos foi prometido!!!



Alex Moreno

Os nossos custos são altíssimos. Será que as concorrentes internacionais têm de pagar combustível para os geradores, manutenção para os mesmos, tanque de água e outro tipo de apoio logístico? É preciso compreendermos os nossos custos antes de fazermos esses comentários.



Joseph Macedo

Alex Moreno Os problemas de energia já foram sanados pelo governo, como diz o kota Horácio Júnior. talvez fiquem só as manutenções



Alex Moreno

Joseph Macedo seria realmente fantástico se assim fosse. Nem às escolas têm água para lavar as mãos quanto mais à indústria



Helder Cruz

Será que todas essas dificuldades justificam 10 vezes mais, conforme cita a revista...



Alex Moreno

Helder Cruz Temos de fazer contas e perceber a nossa estrutura de custos. Agora, o teor da entrevista parece me falacioso, porque não demonstra o contrário. Ou seja, tinha de ir mais além do que mera afirmação genérica. Há um outro aspecto importante: todas as empresas de telecomunicações são subsidiadas pelos seus Estados e incentivadas a fazer dumping dos preços precisamente para exportarem os seus serviços. Tudo isso ajuda na redução do preço apresentado por uma empresa concorrente. O nosso mercado é diferente e honestamente anormal, naturalmente que sim. Mas, não é com esse tipo de afirmações vazias que vamos melhorar seja o que for. É preciso reivindicar indicando caminhos de melhoria que devem ser pensados.



José Silva

Helder Cruz Há dias vi nas notícias a inauguração de uma unidade de montagem de eletrodomésticos e então todos intervenientes argumentavam que o País iria deixar de gastar 400 milhões de dólares na importação destes artigos e dar emprego a 150 trabalhadores angolanos. Afinal para montagem os componentes, inclusive as embalagens vão ser importados em dólares, certamente irão ficar mais caros, não estou a ver qual a grande vantagem.



Helder Cruz

José Silva Isto é o velho truque. Importam como matéria prima logo as taxas são muito menores aqui apertam uns parafusos e vendem o produto acabado como feito cá x vezes mais caro obtendo chorudos lucros com menos impostos.

Para receber o seu VALOR todas as semanas, basta enviar o seu e-mail para 941784791 / 2

Contribua para manter o jornalismo de qualidade.

GEM Angola Global Media, Lda

**Iban:
0051 0000 7172
9933 1512 7**

Taça Cheia



96.1 fm

Rádio Essencial

Todos os
sábados,
às 19:00,
com
**Sebastião
Vemba**

Covid-19

DE UM UNIVERSO DE 22

Dez membros do governo brasileiro com covid-19

O ministro brasileiro Luiz Eduardo Ramos testou positivo à covid-19, sendo o décimo dos 22 membros do governo do presidente Jair Bolsonaro a ser infectado, anunciaram fontes oficiais. De acordo com um comunicado divulgado pelo governo, “o ministro sofre apenas de sintomas ligeiros de gripe” e terá de permanecer “em isolamento e trabalhar remotamente”.

O teste positivo do ministro da Secretaria do Governo, Luiz Ramos, foi anunciado numa altura em que o país, um dos mais afectados pela pandemia no mundo, se aproxima das 150.000 mortes causadas pela doença desde a primeira registada em Março.

De acordo com o último boletim oficial emitido pelo Ministério da Saúde do Brasil, foram registadas, até à data, 149.639 mortes no Brasil, e o número de infectados excede os cinco milhões.

Jair Bolsonaro, da emergente ala extrema-direita brasileira, é um dos líderes mais cépticos acerca da gravidade do novo coronavírus, contraiu a doença em Julho e superou-a após 20 dias de isolamento na sua residência oficial.

Tal como Ramos, outros nove ministros contraíram a doença e recuperaram, em alguns casos, e segundo eles, graças à cloroquina, um controverso anti-palúdico, cuja eficácia nos casos da covid-19 não foi até agora comprovada, mas que Bolsonaro recomendou aos brasileiros desde o início da pandemia.

O presidente assegura que ele próprio superou a doença graças à cloroquina, que também foi prescrita à sua esposa, Michelle, que confirmou estar infectada uma semana mais tarde.

Hoje, como milhares de brasileiros fizeram, Bolsonaro aproveitou um longo fim-de-semana, graças ao feriado da próxima segunda-feira no país, e viajou com a família para a praia do Guarujá, no litoral do estado de São Paulo.



DE COMBATE À COVID-19

1,5 milhões de vacinas para a Nova Zelândia

O governo da Nova Zelândia anunciou um acordo para comprar 1,5 milhões de doses da vacina contra a covid-19 fabricada pelas farmacêuticas alemãs Pfizer e BioNTech, a serem entregues no primeiro trimestre de 2021.

As autoridades neozelandesas não especificaram o custo da aquisição, sujeita à conclusão bem-sucedida de todos os ensaios clínicos, de acordo com um comunicado conjunto do ministro da Saúde, Chris Hipkins, e da ministra da Ciência e Inovação, Megan Woods.

A compra, a primeira da Nova Zelândia, servirá para vacinar 750 mil pessoas.

O governo neozelandês vai continuar as negociações com outras empresas farmacêuticas para assegurar a aquisição de doses suficientes para os quase cinco milhões de habitantes do país, de acordo com a nota.

“Os acordos adicionais assegurarão que uma vez concluída a carteira [de vacinas], teremos vacinas contra a covid-19 suficientes para toda a população”, disse a ministra da Ciência, que antecipa novos anúncios em Novembro.

A Nova Zelândia, cujo governo foi elogiado pela gestão eficaz da pandemia, acumulou um total de 1.515 infecções, incluindo 25 mortes, desde que o país registou o primeiro caso.

O país oceânico recuperou praticamente a normalidade, com o governo a garantir que não há doentes infectados localmente, registando-se 45 casos activos, todos de pessoas vindas do estrangeiro.

DE COMBATE À COVID-19

África quer acesso a reservas internacionais para comprar vacinas



O continente africano quer ter acesso a reservas internacionais para conseguir imunizar a população contra a covid-19, de acordo com o enviado especial da União Africana Donald Kaberuka, na conferência do Financial Times.

Kaberuka sublinhou que o continente está no fim da fila para ter acesso às vacinas e fez uma comparação ao que aconteceu com o VIH e o acesso aos anti-retrovirais. “Quando os anti-retrovirais ficaram disponíveis, os países africanos só tiveram acesso uma década depois. No início desta crise, mesmo em países africanos que tinham dinheiro para comprar testes tiveram imensos problemas por causa do nacionalismo e do protecționismo. Então, sim, já estamos no final da fila para as vacinas”, declarou Donald Kaberuka.

As declarações do enviado da União Africana para a covid-19 foram feitas durante a conferência do Financial Times sobre África, este ano em formato virtual, num painel sobre a vida no continente após a pandemia.

“Os países europeus, os países ricos, já pré-compraram as vacinas”, apontou, sublinhando a urgência de se “encontrar um mecanismo global” que assegure que África consegue vacinar “a massa crítica necessária para criar imunidade em África”, que, segundo o África CDC, é de 60%.

“O que esperamos e defendemos é que uma pequena parte dos Direitos Especiais de Saque (Special Drawing Rights) seja disponibilizada para ser usada no acesso às vacinas”, sustentou.

“Não acreditamos que as iniciativas internacionais actuais sejam adequadas para nós acedermos às vacinas ao nível que precisamos”, acrescentou, lembrando que estas iniciativas sustentam que “não há problema” se a vacina abranger apenas 20% da população africana.

Os Direitos Especiais de Saque permitem aceder às reservas internacionais dos bancos multilaterais (FMI, Banco Mundial), mas, para isso, é necessário a aprovação dos accionistas (Estados-membros).

O LAR DE TERCEIRA idade São Vicente de Paulo restringiu a visita de familiares em prevenção a covid-19.



POR CAUSA DA PANDEMIA

Procura turística por Cabo Verde recua 15 anos

A procura turística por Cabo Verde deverá recuar este ano a níveis de 2005, uma quebra de 70% devido à pandemia da covid-19, perdendo mais de 550 mil turistas face à previsão inicial do governo, após sete meses de encerramento de fronteiras.

A previsão, que agrava a estimativa anterior, consta dos documentos de suporte à proposta de lei do Orçamento do Estado para 2021, consultados pela Agência Lusa, no dia em que o arquipélago reabre (12) os quatro aeroportos internacionais a voos comerciais do exterior, suspensos desde 18 de Março para conter a transmissão da covid-19.

Em Julho, com a previsão de reabertura do arquipélago aos voos internacionais comerciais no mês seguinte – que não se concretizou, avançando apenas um corredor aéreo para voos essenciais a partir de Lisboa –, o governo estimava que procura turística iria recuar este ano a níveis de 2009, com a perda de 536 mil turistas, sendo este um sector que garante 25% do Produto Interno Bruto (PIB) cabo-verdiano.

Tratava-se, conforme previsto no Orçamento do Estado Rectificativo para este ano, então aprovado, de uma quebra de 58,8% na procura turística, face aos 819 mil turistas que o arquipélago recebeu em 2019.

O governo estimava inicialmente, no arranque do ano, antes da pandemia, um crescimento da procura turística de 6,6%, aproximando-se da meta anual de um milhão de turistas, depois de um crescimento de 7% em 2019.

Contudo, na previsão do governo em Julho, Cabo Verde deveria receber este ano apenas 337.555 turistas. Deste total, 170.778 são turistas que já visitaram o país no primeiro trimestre de 2020, pelo que, até final do ano, Cabo Verde deverá receber pouco mais de 165.000 turistas.

Esta quebra, depois de Agosto, Setembro e parte de Outubro sem voos internacionais, é agora agravada na previsão do governo.

NO ESTADO DE CALAMIDADE

País mantém praias fechadas e retoma espectáculos

O Governo anunciou que as praias e as zonas balneares no país se vão manter interditas pelo menos até 7 de Novembro, enquanto os espectáculos vão retomar de forma gradual e lotação limitada.

O anúncio foi feito pelo Ministro de Estado e chefe da Casa civil do Presidente da República, Adão de Almeida, que apresentou as novas regras da situação de calamidade que já estão em vigor.

Segundo Adão de Almeida, praias, piscinas e marinas, que se esperava que reabrissem a partir de 15 de Outubro, vão continuar encerradas, sendo feita nova reavaliação a 7 de Novembro. As actividades culturais e espectáculos podem começar gradualmente, com horário limitado até às 22:00, inicialmente condicionados a não mais de 50% da sala e com presença não superior a 150 pessoas, com lugares sentados.

As actividades religiosas passam a ser também possíveis em Luanda até quatro dias por semana, o que já era aplicado nas demais províncias.



GOVERNADOR DO UÍGE

Morreu Luther Rescova

O governador do Uíge, Sérgio Luther Rescova, morreu aos 40 anos vítima de covid-19, numa unidade hospitalar de Luanda, tornando-se no primeiro e único governante angolano vítima da doença.

Sérgio Luther Rescova foi secretário nacional da JMPLA, antes de assumir a liderança do Governo Provincial de Luanda, em Janeiro de 2019. Já em Maio deste ano, foi nomeado governador do Uíge.

Antes de chegar ao Governo, foi deputado e, na Assembleia Nacional, esteve inserido na Comissão dos Assuntos Constitucionais e Jurídicos. Era membro do Conselho da República e do Comité Central do MPLA.

Sérgio Luther Rescova foi transferido, de urgência, do Uíge para a capital, onde acabou por falecer.

Numa primeira reacção, o Presidente João Lourenço escreveu, na página da Presidência da República, que foi com “profunda consternação” que teve conhecimento da morte de Sérgio Luther Rescova.

Na Rádio Essencial, o antigo secretário de Estado da Comunicação Social, Celso Malavoloneke, recordou o percurso político de Rescova, assumindo que muitos diri-

gentes do MPLA viam nele “futuro Presidente da República, daqui a uns 20 anos”. Para o ex-governante, desde a adolescência, que já se adivinhava “um brilhante futuro político” de Rescova.

Entretanto, outros membros do governo encontram-se hospitalizados depois de testarem positivo, apesar de o Governo não emitir qualquer comunicado oficial sobre os mesmos. Na semana passada, por exemplo, notícias deram conta do internamento do ministro da Indústria e Comércio, Vítor Fernandes.

Na quinta-feira, a ministra da Saúde, Sílvia Lutucuta, afirmou, durante uma conferência de imprensa realizada no Centro de Imprensa Aníbal de Melo (Ciam), que os “altos dirigentes” angolanos infectados com covid-19 que se encontram em tratamento em várias unidades sanitárias de Luanda estão em fase de recuperação da doença, sem indicar nomes.

A ministra lembrou ainda que a covid-19 não tem função nem estrato social e pode afectar também as pessoas que trabalham no aparelho do Estado. “É doença para todos e ninguém está imune ao vírus”, referiu, citada pelo Jornal de Angola.

Marcas & Estilos



Belas artes

Esta impressão de belas artes da ArtBlock foi montada numa moldura preta de duas polegadas de profundidade, feita à mão, e chega pronta para pendurar na parede, completa com um kit de suspensão fácil de usar.



Sensações marinhas

Com um verdadeiro senso exótico, essas pulseiras Seychelles foram inspiradas no panorama de uma praia e apresentam uma variedade de cores vibrantes. Cada pulseira foi criada com conchas requintadas e finas, criando a sensação das ondas do mar.



AUTOMÓVEL

Feito para lhe agradar

Está para vir, aparentemente, o modelo que vai conseguir 'mimar' tanto o motorista quanto a Chrysler com o 300C. O carro 'gigante' da marca americana traz vários equipamentos que fazem de tudo para que o convívio a bordo seja o mais agradável possível. Embora produzido no Canadá, o 300C é feito para agradar ao público e as suas peculiaridades quer de mercado, quer de clima. É possível memorizar os ajustes. Com tantos equipamentos, o conjunto mecânico tende a ser ofuscado. Apenas até o motorista dar a partida. O V6 de 3.6 litros Pentastar desenvolve 296 cavalos, 10 a mais do que no modelo anterior.

AGENDA

LUANDA

ATÉ 30 DE OUTUBRO

Exposição 'Nutrição Espiritual', do artista SBI, na galeria de arte contemporânea da Fundação Arte e Cultura, Tamar Golan. A mostra pode ser visitada de segunda-feira a sábado, entre as 9 e as 17 horas.

18 DE OUTUBRO

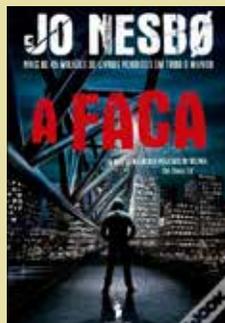
'Bar Luandina' com Margareth de Rosário e Ivan Aleksei. As 17 horas, com transmissão na TV Zimbo e no Facebook da Luandina.

LISBOA, PORTUGAL

17 DE OUTUBRO

Lady Mukeba autor angolano apresenta a obra 'Guião de Marketing - Uma forma simples e metódica de conduzir o seu negócio ao sucesso', na Associação da Força Aérea Portuguesa (Afap).

LIVROS



HARRY HOLE está em maus lençóis. Rakel, a única mulher que algum dia amou, deixou-o de vez. A Polícia de Oslo ofereceu-lhe uma nova oportunidade, mas para resolver casos menores, quando na realidade o que ele pretendia era investigar Svein Finne, o violador e assassino em série que, em tempos, pusera atrás das grades.



NOS DIAS QUE CORREM, o trabalho remoto ganhou uma nova importância. Os recentes eventos mostraram às empresas uma fragilidade que estas desconheciam ou subestimavam. Para algumas pessoas o teletrabalho tornou-se um problema. Para outras, criou-se uma oportunidade. Este livro é para ambas.



TURISMO

Um mar de diversão e cultura

São Francisco, nos EUA, encanta pela geografia, arquitectura, música, gastronomia, clima, parques, passeios e boas compras. A cidade foi construída no meio de 43 montanhas e colinas, tem como cenário o mar do Pacífico, ladeiras, artistas de rua, espigões que contrastam com casas vitorianas, museus importantes, grandes casas de espectáculo e uma ponte que é considerada uma das maravilhas arquitectónicas do Mundo, a Golden Gate Bridge.

Além da culinária incluir ovos com bacon no café da manhã, hambúrgueres com milk-shake no almoço e pão com pasta de amendoim, os americanos também apreciam o Fried Chicken, deliciosos pedaços de frango temperados e fritos.

Localizado em pleno centro, o Hilton San Francisco Union Square possui decoração moderna, TV HD de tela plana e despertador com base para MP3 player. O hotel dispõe de uma piscina no pátio.

Educação & Tecnologia

FORMADO NA UNIVERSIDADE NORMAL DE ZHEJIANG, NO LESTE DA CHINA

Cientista angolano lidera laboratórios de diagnóstico em Luanda

TECNOLOGIA. Aos 23 anos, Valdemar Tchipenhe regressou ao país para dar formação aos técnicos que vão processar amostras no Centro de Diagnóstico Laboratorial de Viana, preparados para processar até 6.000 testes por dia e neutralizar a perigosidade das amostras colhidas.

Valdemar Tchipenhe, aos 17 anos, uma bolsa de estudo na China e, sem dominar inglês nem mandarim, lançou-se numa aventura académica que lhe garantiu uma licenciatura em biotecnologia.

De regresso, coordena agora os laboratórios de diagnóstico de covid-19 que estão a ser montados em Angola.

Depois de ter terminado o ensino médio, em 2013, com o nome no quadro de honra da escola, chegou à China em 2014, onde após um ano de curso intensivo de chinês, ingressou na Universidade Normal de Zhejiang no Leste da China, na província de Guangdong, próxima de Macau e Hong Kong.

Adaptar-se à China, no início, não foi fácil: “É uma cultura completamente diferente. Eu tinha 17 anos e era a primeira vez que eu saía da minha zona de conforto. Deixei em Angola a minha família, os meus amigos, todo o mundo, para ir para um país desconhecido”, contou à Lusa.

Além da cultura, também o clima e o sistema de educação eram estranhos a Valdemar, que estava também a aprender novas línguas.

Por isso, apesar de ter outros colegas angolanos na universidade onde aprendeu chinês, o jovem decidiu fazer uma imersão total no novo país.

“Falei para mim mesmo: ou tinha oportunidade de continuar a falar português ou de lidar com pessoas que não falavam a minha língua para me obrigar a conversar em inglês e chinês. Prefiro isolar-me da população lusófona – angolanos, cabo-verdianos, moçambicanos - e juntar-me a pessoas que falavam inglês para poder aprender. Foi um processo que achei que seria bom para mim e acabei aprendendo o chinês e o inglês ao mesmo tempo. Já que está na chuva, é melhor se molhar mesmo”.

As barreiras que teve de ultrapassar tornaram-no na pessoa que é hoje, sublinhou.

“Hoje, eu sinto-me bem morando na China”, afirmou o

cientista, cujos planos de futuro não incluem voltar a Angola tão cedo, já que pretende dar continuidade aos estudos no país asiático.

Aos 23 anos, o especialista regressou recentemente ao país para dar formação aos técnicos que vão processar as amostras no recém-inaugurado Centro de Diagnóstico Laboratorial de Viana.

Enquanto percorre as diferentes salas, mostra a utilidade do curso intensivo de mandarim, dirigindo-se com à vontade aos colegas chineses, que devolvem respostas em tom sorridente.

Os laboratórios estão preparados para processar até 6.000 testes por dia (3.000 serológicos e 3.000 com base na biologia molecular RT PCR) e dispõem em todas as salas

MEMORIZE

● **Valdemar Tchipenhe** defende que Pequim tem dado um importante contributo no combate ao vírus: “A China tem ajudado alguns países, sobretudo africanos, não só a nível dos laboratórios para detecção, mas também oferecendo equipamentos de biossegurança”.

3

Mil testes serológicos e 3.000 com base na biologia molecular RT PCR são processados nos laboratórios do cientista.



O projecto já está implementado no Togo e no Gabão, sendo Angola o terceiro país africano a acolher os laboratórios

de gabinetes de biossegurança preparados para neutralizar a perigosidade das amostras colhidas.

As amostras entram na sala de extracção e passam depois para uma sala de amplificação onde é feita a leitura do RNA.

Na sala de extracção cada máquina equivale ao trabalho de dez pessoas e está preparada para analisar 188 amostras por hora, explica Valdemar Tchipenhe.

O projecto Huoyan ('Olho de Fogo'), da empresa chinesa BGI, visa a construção de laboratórios de biologia molecular em todo o mundo, usados para a detecção da covid-19.

O projecto já está implementado no Togo e no Gabão, sendo Angola o terceiro país africano a acolher os laboratórios, onde se encontram o cientista angolano e a sua equipa, que conta com nove membros.

“A nossa função é criar os laboratórios, instalar os dispositivos e equipamentos e fazer a calibração dos mesmos e dar formação aos técnicos que aqui estarão a trabalhar”, indicou o jovem, salientando que a detecção “é a melhor arma para combater esse inimigo invisível que é a covid-19”, enquanto a vacina não chega.

“Só testando podemos evitar a contaminação e ajudar a conter o vírus”, reforça, considerando que os laboratórios chineses são uma mais-valia para o governo e para a população, pois permitirá aumentar 10 vezes a capacidade de testagem.

Valdemar Tchipenhe defende também que Pequim tem também dado um importante contributo no combate ao vírus: “A China tem ajudado alguns países, sobretudo africanos, não só a nível dos laboratórios para detecção, mas também oferecendo equipamentos de biossegurança e formando novos técnicos que poderão actuar no futuro na detecção de outras patologias”.

O centro, que custou ao Governo sete milhões de dólares, está localizado na Zona Económica Especial, em Viana, em Luanda, e foi inaugurado a 10 de Setembro.

Além de Luanda, serão instalados laboratórios de biologia molecular e serologia no Huambo, Lunda-Norte e Uíge.

Angola é o país africano lusófono com mais mortes devido à covid-19, registando 6.366 casos e 218 óbitos.

NÚMEROS DA SEMANA

149,5

Milhões de kwanzas Foram arrecadados pela AGT no segundo leilão online na venda de 289 lotes de mercadorias diversas.

37%

Redução que as operações de importação, em sede do IVA, tiveram em Julho em relação a Junho.

20

Milhões de dólares, investimento que uma empresa sino-angolana pretende fazer na Zona Económica Especial para o fabrico de contadores inteligentes de energia e águas.

1%

É o que o Ministério da Economia e Planeamento prevê de crescimento para 2021, uma perspectiva mais conservadora em relação à do FMI.



UNIVERSIDADE JEAN PIAGET

Professores exigem saída do tesoureiro para regressarem às aulas

ENSINO SUPERIOR. Início das aulas estava marcado para segunda-feira, 12, mas não se concretizou. Docentes falam também de “desempenho ilegal” do vice-reitor para a docência.

Por Ana Jenário

Os professores da Universidade Jean Piaget condicionam o regresso às aulas, depois da interrupção imposta pela covid-19, à suspensão de José da Costa Rocha, tesoureiro da entidade gestora da instituição de ensino, da Associação do Instituto Piaget de Angola (Aipa).

As aulas seriam retomadas segunda-feira, 12, mas os docentes aproveitaram o dia para, em conferência de imprensa, apresentar o protesto, salientando que a intenção já tinha sido manifestada em reunião que antecedeu ao reinício das aulas. E, sequencialmente, apresentaram um memorando com a decisão à Aipa.

Abraão Franco, porta-voz dos docentes, explica que José da Costa Rocha faz “uma gestão financeira danosa, impiedosa e

desumana”, sendo com ele que começaram os problemas financeiros da Universidade. “Não é compreensível que uma universidade que existe há 20 anos se depare com tantos problemas financeiros”, insiste, observando que, “na anterior gestão, podia até haver dívidas, mas não com os professores”.

Abraão Franco denuncia ainda o que considera “desempenho ilegal” do vice-reitor para a docência e investigação, Rui Brochado, cuja documentação não terá sido aferida pelo Ministério do Ensino Superior por alegadamente não ter sido enviada a esta entidade.

Por sua vez, o reitor interino da Universidade prometeu informar a entidade patronal sobre a exigência dos docentes, apontando para “breve a resolução do problema”.

Em declarações a Rádio Essencial, José da Costa Rocha desmente as afirmações do corpo docente da Universidade, salientando que “vão ter de provar” o que dizem. E antecipa que não vai aceitar ser destituído, a não ser que seja pelo presidente da Aipa, António Oliveira Cruz.

ESTADO DA NAÇÃO

UNITA lembra ‘atropelos’ no discurso de 2019

O líder da Unita, Adalberto Costa Júnior, lembrou, nesta segunda-feira, em Luanda, a particularidade de o Presidente da República ter mencionado, no discurso sobre o ‘estado da Nação’ de 2019, relatórios com obras concluídas, que nem sequer tinham sido iniciadas, ou realizadas, tal foi o caso de infra-estruturas no Bié e da Estrada Nacional-280, considerada “estratégica” para o desenvolvimento do Leste.

Além de notar que os três anos de mandato de JLo se saldaram no “caos económico e social”, já que “as respostas não são positivas em vários domínios da vida do cidadão”, Adalberto Costa Júnior critica os actos administrativos do Governo no domínio de várias empreitadas.

Segundo o presidente da Unita, “uma leitura atenta” aos Diários da República permite concluir que, de Janeiro de 2018 a Agosto de 2020, dos 135 procedimentos de contratação pública autorizados pelo Presidente da República, 107 foram por ajuste directo, ou por contratação simplificada. “Muitos podem pensar que os restantes 28 foram efectuados por meio de concurso público, mas também não foi bem assim. Usaram-se outras formas, envolvendo um convite directo, a prévia qualificação, ou o concurso directo”, apontou Costa Júnior.

O líder da oposição repara que, quando João Lourenço assumiu o poder, “se renovaram as esperanças de mudanças”, mas, decorridos três anos, o Governo recusa-se a alterar as “más práticas e modelos” deixados por José Eduardo dos Santos. “Criticam-no todos os dias, acusam-no de todos os males, mas recusam todas as propostas para tornar mais transparente o sistema político que permitiu todos os desvios de que eles mesmos se queixam”, acusa.

Costa Júnior, que defende a revisão da Constituição, criticou também a “cobertura” que os órgãos de comunicação social públicos fazem ao ‘caso Edeltrudes Costa’, “impedindo que seja noticiado”, por causa das chamadas “ordens superiores”, o que, no seu entender, “significa que, em termos de liberdade de expressão, regredimos assustadoramente”.

Referiu-se ainda à indefinição na concretização do poder autárquico, observando que tudo se deve fazer para a institucionalização da lei em Novembro próximo, podendo encontrar-se uma “data de consenso”. O presidente da Unita entende haver “um jogo”, ou seja, “o ónus da não realização das eleições autárquicas só depende do Presidente da República e do MPLA”, sentencia.